



MUNICÍPIO DE ARGANIL  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Acta nº 03**

Sessão Ordinária  
da  
Assembleia Municipal  
realizada  
em  
25 de Abril de 2026



Assembleia Municipal

## ACTA Nº 3

-----Aos vinte e cinco dias do mês de Abril do ano de dois mil e vinte e seis, no Salão Nobre dos Paços do Concelho reuniu, pelas dez horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência de António Gonçalves Cardoso, sendo secretariado pelos Senhores Deputados Érica Geraldês Castanheira e Luís da Silva Moreira Gomes, na qualidade de 1º e 2º secretários, respectivamente.-----

### PERIODO PRÉVIO, DESTINADO AO TEMA “25 DE ABRIL”

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para referir que “decidiu a Mesa, em conjunto com os partidos representados nesta Assembleia, assinalar e comemorar o 25 de Abril, antes de iniciar a sessão da Assembleia Municipal, fazendo intervenções.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rui Pedro Matos** para dizer “Exmº Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos Senhores Vereadores, Exmas Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Exmos Senhores Membros da Assembleia Municipal, demais entidades públicas e privadas, caros munícipes de Arganil. Celebramos hoje 52 anos do novo fôlego nacional. Cumpre-me o dever cívico de deixar esta mensagem numa data que a celebramos com alegria e responsabilidade, porque para além do 25 de Abril de 74, também o 25 de Novembro de 75 permitiu consolidar a democracia pluralista que hoje vivemos. Mas passados 52 anos sobre 25 de Abril de 74, muitos portugueses sentem que a garrafa da liberdade, essa garrafa que Abril encheu de esperança, está hoje meia vazia. E não por falta de progresso económico ou do seu desenvolvimento. O problema está em outros sinais mais profundos e mais inquietantes, de que darei dois exemplos.-----

-----O primeiro é a percepção da corrupção. De acordo com o índice de percepção da corrupção em 2025, divulgado pela Transparência Internacional e citado pelo Mecanismo Nacional de Anti-corrupção, Portugal desceu para a 46ª posição entre 182 países. É um dos piores resultados de sempre e coloca o país entre os desempenhos mais baixos da Europa Ocidental. Estes números não são opiniões, são factos, dados oficiais e mostram que a confiança dos cidadãos nas instituições está a ser corroída.-----

-----A segunda ideia que eu deixo é aquela que corresponde à participação política e o respeito pelo pluralismo. Assiste-se a declarações públicas que levantam dúvidas sobre a compreensão do pluralismo democrático. Foram amplamente divulgadas afirmações, segundo as quais apenas determinados partidos considerados “fundadores da democracia” deveriam indicar juízes para o Tribunal Constitucional. Por exemplo, o Professor Jorge Miranda, que é considerado o pai da Constituição da República Portuguesa. Perante isto, em opinião da Senhora jurista Sofia Galvão, num artigo publicado no jornal Observador, disse deixar a Constituição cristalizar e secar significa



Assembleia Municipal

aceitar menos futuro e muitos portugueses sentem precisamente isso, que alguns responsáveis políticos resistem à mudança, como verdadeiros Velhos do Restelo, presos a um país analógico, num tempo que já é digital. É preciso respeitar o voto popular, o povo votou e o voto popular é sempre legítimo. Desqualificar o eleitorado é sempre um mau caminho para qualquer democracia. Tenho residência neste município que eu conheço desde 1976, quando aqui vim com o meu pai, ver passar os carros do Rali, sou migrante, sinto imenso respeito pelo papel que os munícipes me proporcionaram. Nasci em Angola e cheguei a Portugal naquela que muitos consideram a maior ponte aérea de sempre. Estudei em Tondela, passei por Viseu, por Coimbra e encontrei no sistema de educação esse elevador social que abriu, tornou possível o caminho para construir a minha vida. Nasci no tempo do analógico, que tem ainda muitas virtudes, mas abraço o digital como evidência do futuro. E é por isso que me custa ver um país que por vezes parece preso a velhos hábitos, a velhas elites, a velhos circuitos entre S. Bento, Belém, Rato e S. Caetano.-----

-----Concluindo, façamos o 25 de Abril com respeito pelos outros, com respeito pela pluralidade, com respeito pelo voto, com respeito pela mudança. Façamos o 25 de Abril todos os dias, sem atropelos democráticos, sem arrogâncias institucionais, sem “donos do regime”. Viva Abril em e com Novembro, viva Portugal! Disse.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer “muito bom dia a todos. Celebramos hoje a conquista da palavra. A possibilidade de expressarmos a nossa opinião sem o peso do medo ou a sombra das consequências.-----

-----Celebramos a arte sem mordagens: o livro que se escreve em liberdade e a canção que se canta sem pedir licença. Celebramos o direito fundamental de escolher quem nos governa, a legalidade dos partidos e a liberdade de associação. Celebramos, acima de tudo, o fim da noite longa e da polícia política.-----

-----Mas Abril não foi apenas um "não" à ditadura; foi um "sim" à dignidade humana. Por isso, celebramos a Escola Pública e Universal, o Salário Mínimo Nacional e o Serviço Nacional de Saúde. Celebramos a emancipação da mulher: o direito ao voto sem restrições, a liberdade de viajar sem autorização e a plena igualdade jurídica no casamento. Celebramos o facto de as mulheres serem hoje, aqui e em todo o lado, uma voz activa, crítica e indispensável na construção da nossa sociedade.-----

-----E é precisamente sobre a qualidade da nossa democracia que a Bancada do Partido Socialista quer hoje falar. Porque a democracia não é uma estátua para ser admirada uma vez por ano; é um organismo vivo que exige oxigénio, transparência e respeito.-----

-----Vivemos hoje em Arganil num cenário onde a última acta disponível de uma reunião de Câmara data de 15 de Julho de 2025, perante um Executivo que se recusa a transmitir online estas sessões e que não vê publicado o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição previsto na lei.-----

-----Assistimos a Assembleias em que os cidadãos são obrigados a reiterar sistematicamente as mesmas questões, não por um gosto especial em criticar, mas porque o Executivo não responde. É penoso ver munícipes que aqui vêm por necessidade, serem confrontados com comentários como se de oposição política se tratassem, quando são apenas cidadãos a exercer o seu direito.-----



Assembleia Municipal

-----Esta falta de zelo democrático estende-se ao funcionamento desta Assembleia, onde os documentos são partilhados com uma antecedência que asfixia o escrutínio e a análise que a lei exige.-----

-----É igualmente incompreensível que não se garantam as condições básicas para que pessoas com mobilidade reduzida exerçam o seu direito sem humilhações, sem ter que pedir tratamento especial.-----

-----Uma simples zona de "não filmagem" resolveria qualquer entrave técnico para quem não deseja ser exposto. Ninguém deveria ser obrigado a mendigar condições para falar na casa da democracia.-----

-----Ao mesmo tempo, vemos um Executivo que não hesita em usar megafones para anunciar o maior orçamento de sempre, mas que se recusa a aceitar um modelo de Orçamento Participativo onde os Arganilenses pudessem decidir o destino de uma fatia desse dinheiro. Pelos vistos, o orçamento é grande na propaganda, mas demasiado pequeno para dar voz ao Povo.-----

-----Caros Arganilenses, recordamos as palavras de quem viveu a revolução:-----

-----"Há diversas modalidades de Estado: os Estados socialistas, os Estados corporativos e o estado a que isto chegou".-----

-----Somos Oposição e ser Oposição é uma das mais nobres conquistas de Abril.-----

-----A democracia não se constrói com unanimismos forçados nem com silêncios impostos; constrói-se com o pluralismo, com o confronto de ideias e com o respeito absoluto pela diferença.-----

-----Quem tenta condicionar a oposição, não celebra o 25 de Abril.-----

-----Quem tenta desvalorizar o nosso trabalho ou capacidade de contributo, não celebra o 25 de Abril.-----

-----Quem dá preferência a comunicar o discutido em reuniões de Câmara nas redes sociais e não em actas, não celebra o 25 de Abril.-----

-----Quem nos tenta intimidar, não celebra o 25 de Abril.-----

-----Celebrar Abril não é sobre hastear bandeiras ou cumprir protocolos; é praticar a democracia todos os dias, com transparência e respeito pelo cidadão.-----

-----A história ensina-nos que a vontade de liberdade é sempre superior ao peso do poder.-----

-----Falta cumprir Abril, falta cumprir Arganil.-----

-----Viva o 25 de Abril!"-----

-----Teve a palavra a senhora vereadora **Beatriz Seco** para dizer "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores e Senhoras Deputados, caros colegas de todos os partidos e todos os presentes. Se recuarmos no tempo até antes do 25 de Abri, dificilmente reconheceríamos Portugal. Falamos de um país onde não havia liberdade, um país marcado pela censura, onde a actividade política, associativa e sindical era praticamente inexistente e rigidamente controlada pela polícia política. Um país com presos políticos sem garantias reais de direitos fundamentais, envolvido numa guerra colonial prolongada e cada vez mais isolado no contexto internacional. A informação e a cultura eram vigiadas e filtradas, a imprensa, o cinema, o teatro, a música, a literatura, tudo passava pelo crivo da censura. Não havia liberdade de expressão. Não existiam eleições livres. A participação política estava limitada a um único partido e todos os que ousavam contestar o regime eram perseguidos, presos, ou forçados ao exílio. Não havia



#### Assembleia Municipal

democracia. Também os direitos sociais eram frágeis ou inexistentes. Não estavam assegurados direitos básicos como a educação, a saúde ou a habitação. Não havia liberdade de reunião, nem direito à manifestação e, ao mesmo tempo, milhares de jovens eram enviados para a guerra, um conflito que marcou profundamente várias gerações e alimentou a contestação ao regime. Não havia liberdade, não havia paz. Hoje, esta realidade pode parecer distante, mas basta lembrar que havia livros proibidos, músicas que não podiam passar na rádio, limitações à saída do país e uma constante ameaça de mobilização para a guerra. É neste contexto que percebemos que a mudança não foi apenas desejada, foi necessária. E por isso mesmo, o 25 de Abril não foi apenas uma mudança de regime, foi uma mudança de vida, conquistámos o direito a votar, conquistámos o direito a discordar, conquistámos o direito a sermos quem somos sem medo, mas há uma verdade que às vezes esquecemos, o que foi conquistado pode ser perdido, não de um dia para o outro, mas aos poucos, em silêncio, na forma como falamos, na forma como decidimos, na forma como tratamos quem pensa diferente. E por isso hoje não estamos aqui só para lembrar o 25 de Abril. Estamos aqui para o testar. Porque a liberdade não é uma fotografia de 74, é um teste diário, em 2026. E a pergunta desse teste é simples, estamos à altura da liberdade que herdámos? Falamos muitas vezes de liberdade como um direito adquirido, mas a verdade é outra, a liberdade não se herda, constrói-se todos os dias, com escolhas difíceis, com coragem e muitas vezes com desconforto. E é aqui que vos falo directamente, colegas de todos os partidos, independentes. Não somos adversários naquilo que realmente importa, somos companheiros numa responsabilidade maior, a de não deixar a liberdade ficar mais pequena do que quando a recebemos. Hoje os perigos há a liberdade, não chegam de tanques na rua, chegam mais silenciosos, chegam quando confundimos popularidade com verdade. Chegam quando a política se transforma em espectáculo, chegam quando um “like” vale mais do que um argumento. E sim, eu acredito que há um novo risco, o risco de quando a política é transformada em influencer. Políticos, influencer’s mais preocupados em ser seguidos do que em servir. Mas deixem-me ser clara, a verdade não depende do número de partilhas e uma mentira muito repetida, inequivocamente, continua a ser mentira, tal como uma verdade incómoda continua a ser verdade, mesmo que não dê votos. O 25 de Abril ensinou-nos a falar, mas hoje o principal desafio é saber ouvir. E mais difícil ainda saber discordar sem destruir, porque a liberdade não é dizer tudo é saber viver com o que os outros dizem, mesmo quando nos custa. E aqui nesta Assembleia damos todos os dias um exemplo, ou então falhamos todos os dias nesse exemplo, porque podemos escolher o ruído ou podemos escolher o respeito, porque podemos escolher o ataque fácil ao argumento sério, porque podemos escolher dividir ou podemos querer construir. E deixem-me dizer isto com toda a frontalidade, o maior perigo para a liberdade não é o outro partido, é a tentação de deixarmos de nos ver como parte do mesmo projecto colectivo. A democracia não vive de unanimidade, vive de confronto, mas com carácter. Por isso, hoje, mais do que celebrar Abril, proponho que o honremos de forma simples, trabalhando melhor juntos. Discordando melhor, respeitando mais, porque no fim, quando sairmos desta sala, somos todos responsáveis pela mesma coisa, pela confiança das pessoas e pela dignidade da nossa democracia. A liberdade não começou em 74. A liberdade começa todos os dias quando decidimos estar à altura dela. Abril devia ser visto como uma linguagem que não escolhe política nem religião. Abril pertence-nos a todos, tal como uma música que atravessa fronteiras pela sua



Assembleia Municipal

universalidade, também o 25 de Abril deve atravessar gerações, consciências e memórias. Deve ser vivido com a mesma força com que foi conquistado, com a mesma intensidade com que continua a ensinar-nos o valor da liberdade. Devemos erguer a bandeira de Abril com a mesma coragem com que ela foi erguida pela primeira vez, cheia de histórias, cheia de significado e, sobretudo, cheia de futuro. Porque Abril é para mulheres, homens e crianças. Abril é para todos, todos aqueles a quem queremos mostrar o que foi conquistado e o que nunca mais queremos que volte a acontecer. E há aqui uma responsabilidade que não podemos delegar, a de não deixar este dia cair no esquecimento de novas gerações. Eu nasci muitos anos depois do 25 de Abril. Os meus pais tinham 8 anos nessa altura, os meus avós eram então a referência de jovens adultos para os meus pais, tal como eu hoje sou para o Bernardo e para a Madalena. E isso lembra-me todos os dias que, se não criarmos o hábito de recordar a liberdade, podemos perder a dimensão heróica desta conquista. Por isso, celebrar Abril não é olhar para trás, é garantir que a história fica viva, que fica inscrita na memória e que fique tatuada no braço de cada português. Obrigada.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para dizer “ao comemorarmos hoje o 25/04/1974 com o hastear da bandeira nacional e a Filarmónica entoar o hino nacional, entendo que o devemos fazer com alegria, respeito e gratidão para com os homens e mulheres que levaram a cabo a Revolução dos Cravos e nos proporcionaram a liberdade. Sim, o 25 de Abril simboliza a liberdade devolvida ao povo português. O 25 de Abril significa o fim do regime político vigente à época, o fim da opressão e da censura, o fim do medo de falar e de ter opinião política, o fim da contingência de ser mobilizado para as guerras nas colónias e, finalmente, a possibilidade de participação democrática.-----

-----Quanto à importância do 25 de Abril, foi termos consciência de que fazíamos parte de uma sociedade com direitos e deveres inerentes à vivência em comunidade e que esses direitos passaram a poder ser exercidos em plena liberdade. Possibilitou o fim das guerras em África e a procura de soluções conducentes à independência de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. O direito universal ao voto do qual as mulheres estavam arredadas. O fim do serviço militar obrigatório. A conquista de direitos sociais no trabalho e na saúde. A possibilidade de constituição de partidos políticos. Tudo mudou e a democracia com altos e baixos foi-se consolidando, tal como os próprios conceitos democráticos. Temos bem presente, porque o vivemos, que não foi fácil a transição de um regime austero, persecutório e fechado para a democracia. A interferência no processo, por parte de grupos e partidos políticos que procuravam dar caminhos e sentidos diferentes aos valores proclamados pela revolução, foi uma constante. Disfunções com tonalidades de esquerda e de direita no seio das forças armadas foram perturbando esse processo. A preocupação de descolonizar o mais rapidamente possível, sem método, sem respeito, sem proteção na insegurança das populações, com forte interferência política interna e externa, favorecendo determinados partidos ou movimentos políticos. Como consequência, assistiu-se ao regresso, ou melhor, à fuga das populações que nasceram ou viviam nas colónias, os então designados, de forma pejorativa, como retornados. Foram cerca de um milhão de pessoas que entre 74 e 75 tiveram de abandonar tudo e ser integradas no continente. Muitos dos presentes não tinham ainda nascido, ainda não viveram o drama que esta gente suportou, sem emprego, sem casa para viver e, em muitos casos, rejeitados pela própria família.



#### Assembleia Municipal

Houve incompreensão, inveja e pior ainda, falta de solidariedade e de humanidade para quem ficou sem nada e teve de fugir, alguns para um lugar que não conheciam e onde não tinham qualquer familiar ou conhecido. Contudo, com a força de vontade, orgulho e a interajuda entre si, a integração foi conseguida. O país beneficiou dos seus conhecimentos e contributos, desenvolvendo-se em vários sectores da actividade agrícola, industrial e comercial.-----

-----Ao abordar este periodo histórico desconhecido de muitos, tenho como objectivo sublinhar que a liberdade conquista-se todos os dias pelas nossas ações e que a democracia constrói-se com a participação de todos nós. É com esta consciência de que somos parte activa na construção e no desenvolvimento do nosso país, que chegamos aos dias de hoje profundamente inquietos com as guerras que se multiplicam pelo mundo, sem que se vislumbre o seu desfecho nem a ordem internacional que delas resultará. Assistimos à queda de valores, de regras e de instituições reguladoras, sendo as normas substituídas pela lei do mais forte. Em muitos aspectos, parece que regressámos aos primórdios da civilização. No pós Segunda Guerra Mundial, para consolidar a paz os beligerantes criaram princípios reguladores e instituições destinadas a defender os povos e as Nações. Hoje, porém, esses princípios estão a ser esquecidos e ultrapassados impondo-se, infelizmente, a lei do mais forte. Embora não estejamos directamente envolvidos nestas convulsões, apesar da importância estratégica do caso dos Açores, devemos ter plena consciência de que esta alteração da ordem mundial, nas suas dimensões social, económica e política, entre nas nossas casas e afecte as nossas vidas.

-----Perante este cenário, é legítimo questionarmo-nos sobre como podemos e devemos enfrentar os impactos negativos que se fazem sentir no custo da vida, no trabalho e na erosão dos valores fundamentais. Não será fácil, mas acredito que o caminho deverá ser sempre o de construção positiva, sem ignorar a gravidade do momento, trabalhando em conjunto nesta Assembleia, nos locais de trabalho e no seio das famílias, procurando soluções responsáveis e solidárias. O momento é da união e não de discussões estéreis. A esta Assembleia devem ser apresentados problemas concretos que urge resolver, bem como propostas alternativas credíveis e exequíveis compatíveis com os recursos disponíveis. Devemos aproveitar este tempo exigente para procurar novos caminhos, novas oportunidades e novas fontes de desenvolvimento, sempre dentro dos valores da liberdade, da democracia e da dignidade humana, proclamados pelo 25 de Abril, porque o 25 de Abril não é apenas uma data do passado, é um compromisso diário com a liberdade, com a justiça e com a participação cívica. Cabe-nos honrar esse legado estando à altura da coragem daqueles que nos devolveram a voz e o direito de escolher o nosso destino.-----

-----Viva o 25 de Abril, viva a liberdade, viva a democracia. Bom dia de liberdade para todos vós."-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão da Assembleia Municipal, dando a palavra ao **Segundo Secretário**, senhor deputado Luís Gomes, que procedeu à chamada nominal, tendo respondido os seguintes elementos:-----

-----**Deputados Municipais eleitos:**-----



Assembleia Municipal

-----António Gonçalves Cardoso, Rodrigo Fernando Gouveia Oliveira, Érica Geraldês Castanheira, Helena Cristina da Gama Dias, Luís da Silva Moreira Gomes, Guilherme Borges de Brito Correia, Christophe Rodrigues Coimbra, Ana Sofia Brás Antunes, Ana Beatriz Batista Seco, Rui Pedro Ferreira de Sousa de Matos, Adelino Antunes de Almeida, Patrícia Isabel Costa Cordeiro, Raul Agostinho Simões Martins, José Manuel Conde dos Santos, Maria José das Neves Fernandes Silva, Jorge Daniel Nunes Neves, Pedro Alexandre Pinto Alves, em substituição de Vítor Almeida, Francisco Rafael Gonçalves Afonso, José Miguel Nunes Duarte Marques, Ivone Inês de Almeida Sousa Borges e Sandra Marisa dos Santos Duarte.-----

-----**Deputados Municipais com Assento:**-----

-----Secretário da Junta de Freguesia de Benfeita, Ricardo Alexandre Augusto Costa; Presidente da Junta de Freguesia de Celavisa, Maria do Rosário Gomes Oliveira; Presidente da Junta de Freguesia de Pomares, Amândio Fernandes Dinis; Presidente da Junta de Freguesia de Pombeiro da Beira, Victor Manuel Rodrigues Pedroso; Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, António José Ventura Dias; Presidente da Junta de Freguesia do Sarzedo, Idílio Jorge Araújo Correia; Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, Ana Margarida Fernandes Marques; Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Bernardo Filipe Santos Figueiredo; Presidente da Junta de Freguesia de Secarias, António Souto de Carvalho; Presidente da Junta de Freguesia de Piódão, Valter Francisco Lourenço Pacheco; Presidente da Junta de Freguesia de Arganil, Paulo Jorge Fernandes Santos; Presidente da Junta de Freguesia de Folques, Paulo Jorge Travassos Batista; Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, João Manuel Borges Gonçalves e Presidente da União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, Paulo Jorge Marques Amaral.-----

-----Também participaram o Senhor Presidente da Câmara, Luís Paulo Carreira Fonseca Costa, bem como a restante Vereação, respectivamente Rui Miguel da Silva, Paula Inês Moreira Dinis, Cristina Maria Almeida Jorge Figueiredo, Luís Miguel das Neves de Campos Almeida, José Miguel Morais Costa Nunes e Elisabete Simões Oliveira.-----

-----Teve a palavra o Primeiro Secretário, senhora deputada **Érica Castanheira**, para referir que “recebemos, de Luís Fernando Gonçalves Braz, agradecimento pelo voto de pesar da AM, pelo falecimento de António Ventura Braz; da Assembleia Municipal da Maia, voto de pesar pelas vítimas das tempestades em Portugal; da Assembleia Municipal de Penalva do Castelo, Moção de Solidariedade para com as populações afectadas pela passagem da tempestade Kristin; da Câmara Municipal de Alcanena, voto de pesar pelas vítimas das tempestades em Portugal; da Assembleia Municipal de Cadaval, Moção de Solidariedade para com as populações afectadas pela passagem da tempestade Kristin e intempéries subsequentes; da Assembleia Municipal de Albergaria-a-Velha, Moção de Solidariedade para com as populações afectadas pelas tempestades; da Assembleia Municipal de Évora, Moção de Solidariedade para com as populações afectadas pelas tempestades; da Assembleia Municipal de Estarreja, voto de pesar pelas vítimas e de solidariedade para com as populações afectadas pelas tempestades; da Assembleia Municipal de S. João da Madeira, voto de pesar pelas vítimas das intempéries; da Assembleia Municipal de Bragança, voto de pesar pelas vítimas mortais das intempéries; do Partido Socialista de Arganil, a perguntar qual a data da AM de Abril (18/3 e 01/4); da



#### Assembleia Municipal

deputada municipal Sandra Duarte, agradecimento pela informação enviada e reiteração do pedido, dada a informação estar incompleta (3 email); também da deputada municipal Sandra Duarte, pedido de emissão de Declaração de eleito local e agradecimento pela brevidade da resposta; da deputada Sandra Duarte, pedido de leitura de comunicação no expediente e inclusão da mesma nos anexos da acta (e-mail que data de 17 de Abril). Obviamente que a inclusão na acta não está na ordem de trabalhos, mas é um e-mail que se refere ao acesso aos documentos administrativos. Nós não temos por hábito ler o conteúdo da correspondência, referimos os assuntos e aqui irei proceder da mesma forma. Portanto, o assunto refere-se à necessidade de acesso à informação e à alegada necessidade e de pedido, invocando a lei de acesso aos documentos administrativos relativamente a diversos assuntos já levantados em assembleias anteriores, nomeadamente Centro Social e Paroquial do Sarzedo, o Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil e o Programa Sede e Bem-Estar animal. Também da LIS-Water Governance School, envio de planeamento para 2026 e comunicação da 7ª edição do Programa Avançado em Gestão dos Serviços de Águas; de Paulo Barata – Jogos didáticos para escolas, apresentação de serviços; de António Afonso – ANAM, convite para 1º Encontro Nacional de Presidentes da Assembleia Municipal e Gabinetes de Apoio e envio do programa de Conferência sobre A Arquitectura do Poder Local; de Mafalda Alvoeiro, pedido de acesso a documentos administrativos; convite de Sua Excelência, o Senhor Primeiro-Ministro, para apresentação do Plano de Transformação de Recuperação e Resiliência no dia 28 de Abril, no Pavilhão de Portugal da Universidade de Lisboa. Recebemos ainda diversos convites: da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, convite para comemorações do 25 de Abril; da CPCJ de Arganil, convite para Caminhada Laço Azul; da Freguesia de Folques, convite para inauguração do Espaço Cidadão; da ANAM, convite para sessão comemorativa do 10º aniversário da ANAM; da União de Freguesias de Cepos e Teixeira, convite para celebração do 25 de Abril e Mercado de Cepos; da Freguesia de Pombeiro da Beira, convite para Feira de Maio; convite de Sua Excelência, o Senhor Primeiro-Ministro para apresentação do Plano de Transformação de Recuperação e Resiliência, no dia 28 de Abril, no Pavilhão de Portugal da Universidade de Lisboa. Recebemos também o pedido de justificação das faltas do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Benfeita e do senhor deputado Vítor Almeida.”-----

#### PERIODO DESTINADO AO PÚBLICO

-----Teve a palavra o Senhor **Pietro Romani** para referir que “eu não podia deixar de participar nesta Assembleia neste dia tão importante e simbólico, porque o bom funcionamento das nossas instituições depende absolutamente da participação de todas e de todos. Uma comunidade participativa é uma comunidade mais forte porque somos habitantes deste território a tempo inteiro e temos o direito e o dever de acompanhar os trabalhos, de pedir contas, de exigir o melhor e de saudar o bom trabalho ao longo dos mandatos, quando ele acontece e é feito. E porque sem eleitores não há eleitos e porque essa participação faz de nós todas e de nós todos melhores cidadãos, este é um grande legado do 25 de Abril que eu faço questão de cultivar e de participar.”-----



Assembleia Municipal

-----Dito isto, venho consultar-vos para saber o ponto de situação de alguns casos. Em primeiro lugar em relação ao aluimento da estrada, na descida para a Sarcina que todos sabemos teve ali um abatimento forte, saber se há um prazo previsto para a conclusão dessa obra, porque, como é evidente, é um local com acesso importante a muita gente e o perigo da continuação dessa derrocada mantém-se quando vierem as próximas chuvas. Já agora, à boleia dessa questão, pergunto se há um prazo para a abertura da estrada de Góis, que é outro acesso importante, que também está cortado há algum tempo e prevê-se que esteja ainda durante algum tempo.-----

-----Numa outra questão, ainda relacionada com estradas, as estradas do Maladão e dos Cadavais, que estão há alguns meses esburacadas, onde houve alguns trabalhos se não estou em erro por causa do Serviço de Abastecimento de Água. Os trabalhos estão aparentemente parados e agora temos nuvens de pó e um piso em muito mau estado, cada vez que lá passamos todos os dias. Ainda à boleia do tema das estradas, à entrada do Maladão, no local onde era o estaleiro da obra do arruamento das Retortas, agora está um monte de terra e monte de entulho, que me parece ser de uma obra particular pois há uma moradia a ser construída ali na entrada do Maladão, e parece ser ali uma espécie de um estaleiro, sendo uma obra particular, porque é no mesmo sítio onde estava antes o estaleiro dos trabalhos das Retortas, que era uma obra pública, mas agora parece ser ali uma espécie de um estaleiro a céu aberto de entulho e restos de obra, de uma obra particular. Perceber se isto está a ser fiscalizado, acompanhado, porque, parece-me uma situação irregular.-----

-----Para concluir, saber em que ponto está e se está previsto para este mandato a pavimentação e empedramento do Salão, que é uma obra que já foi adiada, já foi falada aqui também anteriormente. Já estive em Junta, agora em parceria com a Câmara. Com o aumento das chuvas anualmente cada vez chove mais, sabemos que este Inverno foi muito chuvoso e eu quero lembrar que o escoamento dessas águas que vêm ali do caminho do Salão passa por baixo da minha casa, dentro da minha loja. Ora, este Inverno, passaram muitos milhares de litros por dentro da minha casa dentro da minha loja e isso levou à degradação de um canto da minha casa, da fundação, que é de pedra, porque houve um esboroamento. Agora tenho lá escoras, irei fazer um trabalho de reforço para reforçar aquela estrutura, mas a minha pergunta é se o projecto de repavimentação de empedrado prevê o escoamento das águas, que desvie esta grande quantidade de água de passar por dentro da minha loja, porque obviamente, o que antes era uma quantidade aceitável de águas temos visto nos últimos Invernos que a quantidade de água agora é muito maior e causa danos, como vimos este Inverno com a torrente de tempestades que tivemos.-----

-----Muito obrigado por estas sessões abertas, como deve ser. Obrigado a todas e a todos, quero desejar-vos um bom 25 de Abril, sempre e claro, fascismo, nunca mais.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **João António Silva** para dizer “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores, público em geral, em princípio de Fevereiro estive aqui a pedir a reparação da estrada da Candosa destruída após os temporais que nos assolaram. Tendo conhecimento que as máquinas andavam pelo Piódão a reparar caminhos florestais, perguntei porquê ali e não nos caminhos da Candosa ou outros, que sirvam as pessoas. Na altura, o Senhor Presidente respondeu que o solo da serra é xistoso, enquanto o de Candosa é barrento e as máquinas não



Assembleia Municipal

conseguiam lá trabalhar. Eu, não percebendo nada de solos, fiquei abismado com o conhecimento de Vossa Excelência. No entanto, interroguei-me, como é que as cristas xistosas da estrada que afloraram à vista depois das águas terem levado todo o revestimento, pode ser barrento. Posteriormente, numa conversa com o Senhor Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, este informou-me que o senhor lhe disse que as máquinas iriam para aquela freguesia em Março. Março, há um mês que já lá vai, a não ser que o ano não seja o de 2026! Em relação aos sobrantes em frente ao portão da Quinta da Candosa, tudo continua na mesma. Mas o entulho do muro do Convento, que caiu para a estrada em Vila Cova do Alva, e que, sendo privado, foi limpo a mando de Vossa Excelência, precisamente nas vésperas da reportagem da RTP, sinal que os meios visuais da comunicação social ainda surtem efeito, principalmente em cujo ego é maior que a ação. Já agora, Senhor Presidente, no Casal de S. João, também há um muro caído para a estrada; se pagou às máquinas para essa limpeza, porque não mandou também limpar essa derrocada ou até reparar as estradas danificadas e que são públicas, visto que as máquinas, que o povo pagou, estarem ocupadas com o troço do Rali. Acho que já todos percebemos que as pessoas nunca foram a sua prioridade. Primeiro estão as cores partidárias, depois os caminhos florestais do alto da serra e os caminhos agrícolas. Depois vem o Rali. Finalmente vêm as pessoas, pessoas essas que pagam as contribuições e que pagam tudo isto. Entretanto, desde Agosto de 2025, como o Senhor bem sabe, o meu alojamento continua encerrado, não porque quero, mas pela inércia dos serviços de quem o Senhor é responsável máximo. Está fechado também porque recuso submeter os meus hóspedes ao acesso degradante e ao estado miserável da envolvente do respectivo alojamento e também porque não quero envergonhar ainda mais este concelho. Faço questão de lembrar esta Assembleia e em particular ao Senhor Presidente, que são os vários alojamentos por estes montes que sustentam a boa imagem de que o concelho desfruta e que o senhor gaba ao Mundo. Esses alojamentos não são montesinos, devem ser olhados e tratados de igual modo, quer contribuam com cem, ou com dez, mas são todos os que acomodam os turistas que lhe permite orientar os troféus que orgulhosamente exhibe.-----  
-----Mais uma vez, volto a falar sobre as exorbitantes taxas de resíduos sólidos. A partir de hoje, e enquanto não tiver o mesmo direito dos cidadãos da Vila de Arganil, os meus resíduos sólidos serão todos indiferenciados. Já que tenho que pagar as taxas tão exorbitantes, então quem recebe essa taxa que os escolha. O meu carro é velho, mas é um carro que não me transporta lixos. Os contentores diferenciados ficam a cerca de um quilómetro e meio, enquanto na sede do concelho os moradores têm nas suas casas contentores próprios, uma carripana toda “XPTO” e dois funcionários para recolherem, porta-a-porta, os seus lixos. Em Arganil não pode haver cidadãos de primeira e cidadãos de segunda. Eu sou um cidadão de pleno direito e, tal como eles, também pago os meus impostos e esta Câmara, quando faz alguma coisa em prol dos cidadãos, deve fazê-lo para todos e não só para alguns. Repito, em Portugal não há cidadãos de primeira nem de segunda, há cidadãos e perante a lei todos são iguais, com os mesmos direitos e obrigações. Arganil ainda não é o Cazaquistão.-----  
-----Quanto ao dizer do senhor vereador Luís Almeida, com todo o respeito, e em relação aos custos das infra-estruturas públicas, dos projectos de construção aprovados, lanço-lhe o convite para me apresentar tal documento onde consta a minha assinatura na aprovação do projecto de reconstrução da habitação da Quinta da Candosa, submetido



Assembleia Municipal

em 2000 nesta Câmara, aquela quinta e aquela casa já existiam muito antes de todos os que aqui estão. Até a estrada que serve aquelas propriedades é muitíssimo mais nova que a Quinta, pelo que não faz sentido nenhum, tão absurda obrigação. Também tenho muitas dúvidas se essa medida pode ser legal, pois não consigo ver o privado a administrar a coisa pública.-----

-----Para terminar este desabafo, deixo duas perguntas que já por duas vezes aqui as fiz, não obtendo a resposta pedida, espero agora do excelentíssimo Senhor Presidente que se digne responder; para quando a reparação da estrada da Candosa? Em relação aos sobrantes dos eucaliptos, tenciona esta Câmara retirá-los? Quanto a este assunto, não vale a pena vir com a desculpa de que a coisa está em Tribunal e devido a esse facto não poder fazer nada, pois a Câmara tem a obrigação de se substituir ao privado, em defesa do bem-estar dos seus concidadãos, e sempre que a justiça tarde, além de que esses sobrantes são depositados num caminho considerado público. Tenho dito. Viva o 25 de Abril, viva Portugal, viva Arganil.”-----

-----Teve a palavra a Senhora **Rafaela Custódio** para dizer “bom dia a todos os presentes. Apresento-me hoje para vos dar a conhecer o caso do Baltazar, um dos muitos animais de rua abandonados e esquecidos pelo município. No mês de Dezembro do ano transacto encontrei este cão a deambular pelas ruas de uma aldeia do concelho, com uma pata ferida. Contactei os serviços veterinários municipais e foi-me comunicado que o veterinário municipal não se encontrava presente, mas que a informação seria transmitida. Entretanto, o seu estado de saúde agravou-se, ele já apresentava um osso exposto com hemorragia, ferimento este causado provavelmente por um laço usado na caça, sendo notório o seu sofrimento e a sua angústia. Refiz então a chamada para os serviços e foi-me cedido o contacto directo do senhor veterinário municipal. No dia 16 de Dezembro estabeleci contacto com o mesmo, dei-lhe a conhecer a situação em que o animal se encontrava, a localização deste e enviei também por e-mail fotografias demonstrando o estado de saúde do animal. O veterinário disse que viriam ao local para averiguar a situação e proceder à sua captura, mas que situações desta natureza poderiam demorar meses até serem solucionadas. Acompanhei a degradante situação em que o animal se encontrava. Fiz tudo o que estava ao meu alcance para que ele tivesse condições de sobrevivência, pois o frio que se fazia sentir nesta altura era muito e assim ia ganhando a sua confiança. O cão não tinha tempo para poder esperar, muito menos meses. Ele necessitava de assistência veterinária urgente. Foi quando um grupo de munícipes se uniu para o tentar capturar e tratar dele. É no início do mês de Janeiro e com auxílio de um habitante da aldeia que conseguimos encurralá-lo dentro de um anexo no seu terreno, contactámos uma clínica veterinária e já tendo os fundos necessários, demos início à sua intervenção médica. O Baltazar passou por uma cirurgia onde foi amputado o que restava do membro e foi também esterilizado e já fora de perigo, ficou em família de acolhimento temporário e encontrando-se numa situação mais estável, física e psicologicamente, decidimos então promover a sua adopção. Foram feitas publicações em redes sociais onde conseguimos que fosse adoptado por uma excelente família permanente. E no dia um de Janeiro, ele foi capturado e a 14 de Fevereiro, o Baltazar encontrou a sua casa definitiva com a Beatriz, uma estudante de medicina veterinária e a sua mãe, que se apaixonaram de imediato por ele. O Baltazar saiu da rua, do frio, da chuva e do sofrimento e hoje tem uma casa e uma família que cuida dele. É



#### Assembleia Municipal

dever do município zelar pela saúde pública e pelo bem-estar animal, no entanto, apenas efectuou gratuitamente a colocação do chip ao Baltazar, durante todo este processo. Tive de preencher o formulário contribuindo para uma falsa adopção, aumentando o número de adopções do município. Este caso prova que quando existe força de vontade, esforço, dedicação e compaixão por estes seres vivos incríveis, consegue-se cuidar, proteger e encontrar famílias adoptivas definitivas para cada animal. Com este trabalho, passo a passo, um a um, é possível diminuir o número de animais abandonados, bem como os alojados em canil. Promover o bem-estar animal passa pela realização de campanhas de esterilização regulares, mas é preciso muito mais do que isto, os animais abandonados ou de rua espalhados pelo concelho precisam de ser cuidados, sendo dever do município fazê-lo. Capturar os animais é importante, claro, mas mantê-los em seguida, prisioneiros dentro de um canil, não é promoção de bem-estar animal, muito menos nas condições em que se encontra o canil municipal. Há trabalho a ser feito, além dos procedimentos legais obrigatórios, é preciso promover estes animais para adopção, para que lhes seja permitida uma segunda oportunidade de serem felizes, bem tratados e respeitados pela sua família adoptiva. Obrigada.”-----

-----Teve a palavra a Senhora **Rosa Castanheira** para dizer “bom dia a todos. Antes de mais, importa deixar claro que nenhum motivo partidário move este grupo. Aquilo que nos traz aqui hoje é única e exclusivamente o bem-estar animal do nosso concelho. Senhor Presidente, na última Assembleia, foi afirmado por si que o município dispõe de serviços de excelência no que diz respeito ao bem-estar animal. Permita-me questionar, foi esse serviço de excelência que encontrei na visita recente ao canil municipal? Nessa visita, deparei-me com animais por esterilizar. Na suposta ala destinada às fêmeas, logo na primeira box, encontrei um cão. Quando questionei o funcionário presente, não me soube dar qualquer explicação. Já na ala onde deveriam estar apenas machos, encontrei uma cadela de porte pequeno, de 4 kg, que me foi afirmado tratar-se de um cão. Na semana seguinte, quando me dirigi novamente ao canil, com a intenção de adoptar quatro animais, essa mesma cadela foi-me entregue como sendo macho. Perante esta situação, contactei a clínica de Vila Nova de Poiares para saber como tinham decorrido as esterilizações. A resposta em tom sarcástico foi clara, os machos que saem do canil de Arganil transformam-se em fêmeas. Perante isto, não é de admirar que surgem alinhadas no canil. Aliás, houve o caso de uma cadela que, aquando da visita do PAN, foi sinalizada como estando grávida. Foi dito que não, que era apenas gorda. Quinze dias depois, essa gordura revelou-se em quatro crias. Sabemos que qualquer cidadão é obrigado a ter um animal vacinado, identificado com microchip. Pergunto, o canil municipal não está sujeito às mesmas leis? Por que motivo? Apenas dias após o pedido de reunião por parte do PAN é que os animais foram vacinados e chipados. Ainda durante essa visita, observei um cão ferido. A visita ocorreu às 15.30 e a resposta do funcionário foi que durante a noite ninguém está presente para poder ver o que se passa. Compreendo essa limitação nocturna, o que não compreendo é que entre as 8 da manhã e as 15.30 ninguém tenha detectado algo que qualquer visitante consegue ver. Pergunto também, considera que é zelar pela saúde animal, manter valas de escoamento, cheias de fezes? É proporcionar aos animais um local de descanso, uma simples palete de plástico? Relativamente à questão dos gatos, quando afirma que não é necessário implementar um programa sede por já existir um Crou, permita-me questionar se compreende efectivamente o que



Assembleia Municipal

significa o programa capturar, esterilizar e devolver. Não é obrigatório que saiba tudo, mas a sua resposta levanta dúvidas quanto ao entendimento da importância deste programa. Não é possível recolher todos os gatos do município e colocá-los numa única estrutura. A esterilização no terreno é essencial. Aquilo que existe actualmente não pode ser considerado um gatil digno. Trata-se de uma divisão sem abrigos adequados, com o chão coberto de brita, saturado de fezes. No momento da minha visita, encontrava-se lá um gato. Claramente não foi apenas ele o responsável pelo estado em que o espaço se encontrava. Esse animal estava desnutrido, em pânico, sem qualquer alimento visível. Foi posteriormente adoptado por uma colega, sem estar castrado ou identificado com microchip. Mais uma irregularidade, uma vez que qualquer animal que saia de um Crou deve cumprir estes requisitos legais.-----

-----Senhor Presidente, perante tudo isto, volto a perguntar, é este o serviço de excelência que apresenta a esta Assembleia? O que está aqui em causa não é política, é responsabilidade, cumprimento da lei e, acima de tudo, respeito pelos animais. Tendo em conta todos os factos que expus, ainda assim, considera que o município não precisa de rever a sua postura em relação ao bem-estar animal? Apesar de todos os acontecimentos negativos, tive a oportunidade de presenciar relativamente à situação dos animais e reconhecer desenvolvimentos mais recentes na passada quinta-feira, em reunião com a Senhora Vice-Presidente e o Senhor Fernando Gonçalves, representantes do PAN e alguns cuidadores, foram assumidos compromissos claros, no sentido de melhorar as condições existentes. Segundo nos foi transmitido, algumas dessas medidas já estarão a ser implementadas. Embora ainda não tenhamos dito oportunidade de verificar directamente, optámos por confiar na palavra dada e manter as expectativas de uma mudança que esteja de facto a ocorrer. Acreditamos também que com um esforço conjunto baseado no diálogo, na responsabilidade e na colaboração entre as partes envolvidas, será possível alcançar melhorias reais e duradouras. Acima de tudo, importa não esquecer que este trabalho é feito em prol dos animais, que não têm voz própria e dependem inteiramente da nossa ação e compromisso. Bom dia da liberdade para todos.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “respondendo em concreto às questões que aqui foram colocadas e começando pela intervenção do Pietro, dizer que relativamente à estrada da Sarcina, é uma das consequências que temos no concelho do designado “comboio de tempestades”; trata-se de um processo em que estamos a preparar a elaboração de projecto de execução, reconhecendo que é uma situação crítica daquelas que integram cerca de uma dúzia de situações no concelho, que são mais críticas, que fazem parte de um pacote de intervenções que superou as duas centenas e estas são aquelas que neste momento implicam a realização de projecto de execução. Implicam também a questão de financiamento, num processo que o Governo está a tratar ainda não totalmente clarificado, mas que está a tratar no sentido de atribuir ou de acautelar financiamento para estas intervenções, que são intervenções nalguns casos de muitas centenas de milhares de euros e, portanto, ao mesmo tempo que aguardamos que o Governo defina as linhas de financiamento, estamos já no terreno a contratar projecto de execução. Relativamente à estrada que liga Arganil a Góis, estamos a falar de uma situação substancialmente diferente. Trata-se de uma estrada nacional, da competência da Infraestruturas de Portugal, que ainda na última terça-feira, o Conselho



#### Assembleia Municipal

Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal reuniu aqui em Arganil. Esteve presente nessa reunião o Presidente da Infraestruturas de Portugal, Presidente à data daquela terça-feira, pois na quarta-feira, deixou de ser Presidente, mas na informação que nos foi prestada na terça-feira, aquilo que nos foi comunicado foi que o projecto de execução desta intervenção da estrada Arganil-Góis já estava contratualizado. Já está em elaboração, tendo uma data prevista para entrega, por parte do projectista, de Junho próximo. Depois disso, há tudo aquilo que tem a ver com a própria contratação de empreitada e admitindo aquilo que é o regime legal conferido à Infraestruturas de Portugal, admito que seja também um processo rápido, se existir empreiteiro no mercado disponível para fazer a obra, e depois há o tempo da empreitada. Portanto, a expectativa que o então Presidente da Infraestruturas de Portugal nos comunicou, foi que Novembro ou Dezembro é a data previsível para esta intervenção estar concluída. Relativamente ao outro conjunto de estradas que referiu, nomeadamente nas povoações de Maladão e dos Cadavais, e temos situações similares também na Roda, na freguesia de Pombeiro da Beira, o que neste momento está pendente relativamente a este processo decorre da necessidade de instalação de uma linha de fibra óptica por parte da Águas do Centro Litoral, no troço até ao reservatório do Maladão. Penso que saberá que foram já feitas as substituições das condutas de abastecimento de água e da conduta elevatória para o reservatório, falta efectivamente que a empresa Águas do Centro Litoral execute esta intervenção para a colocação do cabo de fibra óptica, que é um cabo enterrado, com abertura de vala, que tem ainda que ser executado. Do ponto de vista da Câmara, essa é a situação que neste momento está a obstar a que esta intervenção seja efectuada. Aliás, a empreitada relacionada com a repavimentação está neste momento suspensa; os trabalhos estão contratados, a empreitada está suspensa a aguardar que a Águas do Centro Litoral execute esta intervenção. Sobre o outro apontamento que faz e o alerta sobre a deposição de entulho no Maladão, de facto, há ali uma zona que objectivamente parece um bocadinho caótica, do ponto de vista organizativo, naquilo que são os materiais depositados. Não consigo precisar se já há algum processo relativamente a esta situação ou não, mas, entretanto, também cuidarei de saber. Sobre o outro tema que falou da pavimentação do caminho do Salão, é um projecto que vínhamos a conversar com a Junta de Freguesia de Arganil e que, entretanto, havemos de novamente voltar a retomar, tendo em vista aqui uma intervenção conjunta, provavelmente, e era isso que estava à data acertado, provavelmente na forma de contrato programa, que permita executar esta intervenção. Em termos de projecto, naturalmente que não temos ainda o projecto elaborado, mas concordo totalmente com o apontamento que faz sobre a necessidade de acautelar a questão dos desvios das águas.-----

-----Sobre a intervenção do senhor João António Silva dizer-lhe que da mesma maneira que o 25 de Abril nos trouxe a liberdade para dizer aquilo que muito bem nos passa pela cabeça, também nos trouxe a responsabilidade de respeitar os outros e, portanto, a intervenção que o senhor aqui fez foi uma intervenção desrespeitosa e eu, naturalmente, como é óbvio, não me permito responder a intervenções desrespeitosas. E não, não tenho rigorosamente nada a acrescentar. Quando se quiser dirigir ao Presidente da Câmara de forma educada, cordial e com respeito, terá naturalmente os esclarecimentos que devo prestar a qualquer cidadão que se apresente nessa condição.-----

-----Relativamente à intervenção da Senhora Rafaela Custódio, apenas posso lamentar alguma situação que, do ponto de vista técnico, não tenha corrido tão bem e não posso



#### Assembleia Municipal

naturalmente, ao mesmo tempo que não ponho em causa o relato que aqui faz, naquilo que tem a ver com algo que tenha corrido mal, tenho naturalmente a lamentar. Felizmente, temos aqui um caso que, pelo relato que nos fez, é um caso de uma história com um final feliz e o exemplo que aqui apresentou é exactamente o exemplo que devemos sublinhar, o exemplo da co-responsabilização do cidadão. Há aqui apenas um apontamento que eu não posso deixar de fazer, o município não abandonou este animal. Não é disso que estamos a tratar, pode não ter feito uma intervenção quando devia ter feito, mas não abandonou o cão. Quase que parece que o município libertou o cão nalgum sítio e que ele ficou à solta. Não foi nada disso que aconteceu, mas ainda assim quero de facto sublinhar aqui este papel da comunidade e é isso que efectivamente, em matéria de bem-estar animal, faz toda a diferença.-----

-----Sobre a intervenção da Senhora Rosa Castanheira, acompanhar exactamente aquilo que acabei de dizer. Naturalmente, que eu não quero pôr em causa aquilo que disse. Nós estamos numa sessão onde objectivamente tem que haver respeito de parte a parte. Quando falaram, eu estive calado, não teci nenhum comentário, quando eu estou a responder, têm que estar também calados. São estas as regras também que a democracia nos trouxe, as regras de falar, mas também a obrigação de ouvir. E, portanto, é isso que tem que acontecer também numa democracia. Naturalmente que não pondo em causa aquilo que aqui referiu, não tenho razões nem para confirmar, nem para desconfirmar, mas admitindo que havia animais, por esterilizar é efectivamente uma prática que não devia acontecer. O princípio e as indicações estão muito claras e as regras também. Portanto, se essa situação se verificava, não devia ter verificado. Sobre a questão do género dos animais, como deverá perceber, não me vou pronunciar nem sobre a questão das obrigações das vacinas e dos chips. Relativamente ao Programa CEDE, curiosamente, houve um desconhecimento completo do programa e houve aqui uma coisa que não referiu e que eu não posso deixar de sublinhar, porque relativamente àquilo que tem a ver com a correspondência do acrónimo da captura, da esterilização e da devolução, para nós, para o município, é um programa que não é novidade rigorosamente alguma e é uma questão de questionar cada um dos presidentes de junta que aqui estão e aqueles que estiveram no anterior mandato, porque este programa, do ponto de vista desta componente, estou a falar do acrónimo, capturar, esterilizar e devolver, este programa com estas três componentes, líderes desta maneira, nós já estamos a cumprir e já o estamos a executar há alguns anos. O município investe neste processo dezenas de milhares de euros, sem qualquer tipo de financiamento e, portanto, se surgirem algumas dúvidas, é mesmo questionar cada um dos presidentes de junta que está connosco nesta parceria. Mas falta aqui depois um outro aspecto para se poder dizer que estamos a falar de um programa sede, que é o programa do cuidador e, portanto, é relevante para este programa ser cumprido integralmente e para ser chamado efectivamente um programa sede, que apareça depois o cidadão disponível para assumir o papel do cuidador. Sem isso, estamos a falar apenas do cumprimento do acrónimo, que é aquilo que já fazemos, capturar, esterilizar e devolver. O resto para cumprir mesmo o programa, conforme ele legalmente está definido, falta efectivamente esta parte do cuidador e é também o desafio que fica para a comunidade. Muito obrigado.”-----

#### PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA



Assembleia Municipal

-----Pedi a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “Senhor Presidente da Mesa, ao abrigo do Regimento desta Assembleia, a Bancada do Partido Socialista vem suscitar uma Questão de Ordem antes de se iniciar a discussão da ordem do dia.-----

-----No dia 23 de Abril, enviámos a V. Ex<sup>a</sup> um requerimento formal, solicitando que diligenciasse junto do Executivo Municipal a entrega das declarações de voto apresentadas pelos vereadores na reunião de Câmara de 22 de Abril, em que foram votados os documentos de Prestação de Contas. Até este momento, não recebemos qualquer resposta, nem do Presidente da Mesa, nem do Executivo Municipal.-----

-----A lei é clara: o artigo 35º, nº 1, alínea x) do RJAL obriga o Presidente da Câmara a remeter à Assembleia Municipal as actas das reuniões da câmara, logo que aprovadas, incluindo as declarações de voto que as integram. Três vereadores votaram contra a prestação de contas. Os membros desta Assembleia têm o direito legal de conhecer os fundamentos desse voto antes de deliberar.-----

-----Nestes termos, a Bancada do PS requer ao Presidente da Mesa que, antes de se iniciar a apreciação do ponto relativo à Prestação de Contas, solicite formalmente ao Presidente da Câmara, aqui presente, a disponibilização imediata das declarações de voto em falta.-----

-----Caso tal não seja possível, requeremos que fique expressamente registado em acta que a Assembleia Municipal deliberou sobre a Prestação de Contas sem acesso à totalidade da documentação legalmente exigível, por omissão do Executivo Municipal, e que a bancada do PS reserva o direito de dar conhecimento desta situação à Direção-Geral das Autarquias Locais e ao Ministério Público. Obrigado”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para dizer que “eu devia responder a este assunto somente na discussão da Prestação de Contas, mas vou-lhe responder já. Por definição, até escrevi isto para lhe responder, por definição, as declarações de voto prestados no contexto de apreciação e votação das propostas em discussão não são matéria de submissão obrigatória aos senhores membros da Assembleia Municipal, uma vez que apenas deverão constar das actas das respectivas reuniões, as quais só se tornarão públicas depois de devidamente aprovadas. Este é o ponto principal. E é por essa razão que não lhe foi respondido. Já agora, aproveito o seguinte, se lhe fazem tanta falta essas declarações de voto, porque não a solicita aos senhores vereadores do seu partido? Foram eles que as votaram. Segunda questão, o que lhe vem sendo remetido aqui para discussão são os documentos de prestação de contas, é sobre eles que tem que se pronunciar. Foram discutidos e apreciados em sede própria na Câmara, os senhores vereadores entenderam votar da maneira que votaram, segundo os critérios por eles encontrados. Compete-lhe a si e à sua bancada aqui discutir esses mesmos documentos. Até podem chegar à conclusão de que vão votar contrariamente isso, porque os a interpretação que vão dar aos documentos pode ser diferente daquela que deram os senhores vereadores. Cada patamar faz a sua discussão, compete-lhe a si, à sua bancada, fazer o trabalho de pesquisar, verificar, assinalar o que é que está bem ou o que está mal. O que lhe é entregue a si para discussão são os documentos, razão pela qual não lhe foram remetidos os documentos que solicitou. É esta a indicação.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “não quero entrar aqui nem em retórica, nem em questiúnculas, mas o senhor deputado Rodrigo Oliveira deu a resposta à própria pergunta que formulou; *actas logo que aprovadas*. Portanto, há aqui uma condição, as actas não estão ainda aprovadas. Aliás, seria estranho face àquilo que é o atraso que reconhecidamente se regista na elaboração das actas e que é indesejável para todos e particularmente para a minha pessoa, quero lamentar efectivamente que aquilo que tem a ver com o processo de elaboração das actas, em que basicamente temos um recurso que está afecta a esta missão a tempo inteiro e que, ainda assim, não dá resposta, o que nos suscita naturalmente também algumas interrogações sobre o tempo de trabalho utilizado. Mas isso é um assunto à parte. Agora, relativamente a esta última reunião, já desta semana, naturalmente ou obviamente que a acta não está ainda elaborada e muito menos aprovada. Portanto, o senhor deputado colocou a questão e deu a resposta. A condição é muito clara, *logo que aprovadas as actas*. Não estão aprovadas, por isso, é óbvia a questão que estamos aqui a tratar.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **José Miguel Marques** para dizer “bom dia, obrigado pela deferência, Senhor Presidente, com a mesma deferência, o cumprimento a si e a todos os presentes. O assunto que trago é muito breve, apenas 30 segundos para felicitar o jovem Rodrigo Kurp, aluno do Agrupamento de Escolas de Arganil, por ter vencido no fim de semana passado o Concurso Nacional de Oratória, promovido pela Associação Top Talks e pela brilhante prestação que teve, por ter sido um momento que obviamente nos orgulhou a todos e que acho que merece ser aqui assinalado. Julgo que, se calhar de uma forma até um bocadinho comum, uma saudação a ele extensiva naturalmente aos seus amigos, aos seus professores, ao Agrupamento de Escolas de Arganil e assinalar este feito, desejando-lhe as maiores felicidades. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Luís Gomes** para dizer “os meus cumprimentos para todos os senhores deputados, público, executivo, comunicação social. Antes de mais fazer um *mea culpa* quando fiz a chamada, pois não referi o Senhor Presidente da Junta de Cerdeira e Moura da Serra. Peço desculpa, pois ele está presente.”-----

-----Estamos aqui a comemorar hoje e já foi referido pelos senhores deputados quão importante foi o 25 de Abril para o nosso país. É uma data histórica que devemos manter, como também aqui foi dito todos os dias presente pelas conquistas que tiveram lugar nesse dia glorioso, mas há uma data que me parece importante referir, que foi o dia 2 de Abril de 1976, quando foi aprovada a Constituição da República Portuguesa. Passaram 50 anos. E as primeiras eleições para a Assembleia Constituinte tiveram lugar em 25 de Abril de 1975. Tive a honra de fazer parte do grupo de deputados pelo círculo de Coimbra, que elegeu o número de deputados que tomaram assento na Assembleia da República para a elaboração da actual Constituição, com as suas Emendas, mas a génese resultou, portanto, dessa eleição, dessa primeira eleição livre para a Assembleia Constituinte. Dela fizeram parte o Carlos Alberto da Mota Pinto, que foi Primeiro-Ministro deste país, António Barbosa de Melo, que foi Presidente da Assembleia da República, outro, cujo nome agora não me ocorre, que era da Figueira da Foz, e não se pense que eram só pessoas licenciadas que fizeram parte, fez parte também dessa lista Martelo de Oliveira, que era um operário têxtil e acabou por ser eleito. Eu era o nono, era difícil chegar lá, mas fiz



#### Assembleia Municipal

parte desse grupo de candidatos, em representação de Arganil. Também conforme Barata Portugal representou Tábua, Homem Ribeiro representou ou representava Oliveira do Hospital. Esses dez meses longos para a elaboração do texto da actual Constituição da República foi longa, mas foi precedida de tempos muito difíceis para o país, tempos de grande convulsão política, grande convulsão social. Decorreu num período que muitos dos nossos devem lembrar, principalmente os mais novos, talvez ainda não fossem nascidos, no chamado Verão Quente, o Verão Quente de 1975 foi um momento difícil que viveu Portugal, e nós aqui e por essa razão eu trago isto aqui à Assembleia, também de alguma maneira nos tocou, esse momento difícil, pois também aqui houve convulsões políticas e de ordem social que depois, felizmente, acabaram. E não posso deixar de recordar aquilo que se passou particularmente num grande incêndio que ocorreu nesse Verão Quente e que atingiu particularmente a freguesia de Cepos, onde parte da aldeia ficou destruída e morreram duas ou três pessoas. Foram momentos realmente marcantes desse período para o nosso concelho, já que foi o período revolucionário de forças radicais de extrema esquerda, começando pela organização do Suvs, eu sei lá, foi um momento muito difícil para o país, que finalmente ficou apaziguado com as primeiras eleições legislativas e depois logo a seguir nas primeiras eleições autárquicas.-----

-----Ao referir isto, a minha intenção é deixar aqui um reviver da história do passado, porque o 25 de Abril foi difícil de conquistar, foi difícil de chegar até ao ponto onde chegámos até agora, onde realmente celebramos mais um ano do 25 de Abril, mas foi um caminho difícil que tivemos que percorrer. Eu orgulho-me de ter estado presente desde a primeira hora nesse caminho, lutando, com os meus companheiros do PSD. Refiro-me apenas à minha luta política, do meu partido. Na altura era PPD, depois PSD. Foi difícil. Corremos muitos riscos. Mas seguimos o caminho e o caminho que hoje temos, foi aberto por nós e por outras forças políticas e hoje, felizmente, temos estabilidade política.-----

-----Esta nota realmente como eu já referi, acho que é importante para que todos conheçamos um pouco da história passada, porque não conhecendo a história passada, também não podemos viver a realidade presente, como ela deve ser vivida, é preciso conhecer o que se passou antes, as dificuldades e as lutas que tiveram que existir. Não esquecer, não sei se se lembram, que nesse período foi feito o sequestro à Assembleia da República durante dois dias, 12 e 13 de Novembro de 1975, onde os deputados ficaram sequestrados na Assembleia da República. Chegou a pensar-se mesmo por parte de deputados do PS e do PSD, de mudar a continuidade dos trabalhos para o Porto, porque havia menos convulsões. Foram tempos difíceis, mas que não podem ser apagados da memória colectiva.-----

-----Era isto que eu queria dizer relativamente a esta data que, para mim e para nós todos, acho que é marcante, já que consolidou o pilar importante da Democracia e do 25 de Abril, que é a Constituição Portuguesa. E quando agora se ouve dizer e falar certas forças políticas que há um papão da direita e da extrema-direita para mudar a Constituição, sinceramente, não creio nisso. Creio que o importante, como referiu há muito pouco tempo o actual Presidente da República, o importante é respeitar os princípios que estão consignados na Constituição Portuguesa. E se houver esse respeito e essa observância, eu creio que a Constituição pode ter alterações pontuais, conforme já teve anteriormente, sete vezes, mas creio que no essencial, os princípios básicos estão lá e serão, sem dúvida, a continuação do pilar da nossa Democracia.-----



Assembleia Municipal

-----Relativamente a outro assunto, relacionado com o nosso território e já com o actual executivo, eu gostaria de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se, relativamente à Zona Industrial da Relvinha, devido à alteração que foi aqui aprovada relativamente ao Regulamento, se após isso já há alguns contactos positivos no sentido da ocupação de espaços. Diz-se na praça pública que vão ser construídos pavilhões que facilitam ou que podem vir a facilitar a implantação de pequenas e médias empresas, gostaria de ter uma resposta do Senhor Presidente. Também na praça pública se fala muito de um grande investimento que será feito e que ocupará uma parte substancial dessa zona.guardo, portanto, pela resposta do Senhor Presidente, para que também esta Assembleia e o público em geral, fique esclarecido relativamente a esta matéria, porque e eu tenho que o dizer de forma frontal, o Partido Socialista, quando faz qualquer observação relativamente ao Parque Industrial da Relvinha, parece que fala de um elefante branco que lá está, mas não está lá um elefante branco, hão-de estar empresas e essas empresas irão consolidar e desenvolver este concelho. As coisas não se fazem de um momento para o outro, as coisas fazem-se com tempo e fazem-se com regras, com observância de princípios e de trabalho intenso, que muitas vezes as pessoas esquecem-se de referir. O trabalho de um executivo, neste caso particular na responsabilidade do Presidente da Câmara, não é fácil e têm que compreender que a multiplicidade dos problemas que origina a gestão de um município como o nosso torna esse trabalho difícil. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Guilherme Correia** para dizer “Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta, público aqui presente, comunicação social, funcionários do município, arganilenses, um feliz dia da Liberdade a todos. Quero, em primeiro lugar, associar-me em meu nome e também em nome da bancada do Partido Socialista aos votos de felicitação endereçados pelo senhor deputado José Miguel Marques ao jovem arganilense que venceu o Concurso Nacional de Oratória, que é, de facto, um motivo de grande orgulho e de grande regozijo para o nosso concelho.”-----

-----Uma das conquistas de Abril é de forma indubitável a transparência, a transparência como clareza na gestão dos recursos públicos e também a transparência que leva os políticos a prestar contas aos seus eleitores. E é em nome precisamente da transparência, que trago o assunto que vou aqui passar a referir a esta Assembleia Municipal. 1.898.153,00€, equivale a 148 anos de trabalho em salários para um trabalhador médio em Arganil. É mais do que aquilo que a Câmara Municipal espera arrecadar no corrente ano em IMI e em Imposto Único de Circulação juntos e é suficiente para pagar mais de quatro meses de salário a todos os funcionários do nosso município. 1.898.153,00€ é o valor das derrapagens nas três principais obras que neste momento decorrem no nosso concelho de Arganil, designadamente, como todos sabemos, o novo SUB, as obras na Escola Secundária de Arganil e Requalificação da Escola EB 2.3 Professor Mendes Ferrão, em Côja. Situações deste género são normais? Sim, não o nego, mas aquilo que está em causa não é a existência de imprevistos ao longo do decorrer da obra. Aquilo que questiono são os montantes destas derrapagens, a sua regularidade temporal e também o facto de resultarem, muitas das vezes, de situações que podiam e deviam ter sido antecipadas e pensadas. Ora vejamos alguns destes casos. No SUB, em que as derrapagens já ascendem aos 348.000,00€, só nesta obra verificou-



Assembleia Municipal

se a elevação de todo o pé direito em 30cm, uma vez que inicialmente apenas estavam previstos 50cm para calhas técnicas e só isto representa um acréscimo de mais de 80.000,00€ ao custo da obra. Na Escola Secundária de Arganil, onde só nesta obra as derrapagens já atingiram 984.000,00€, quase um milhão de euros, praticamente 1/3 do valor total inicialmente previsto. Verificaram-se falhas nas quotas de escavação que custaram aos arganilenses 374.399,00€. Na Requalificação da EB 2.3 Professor Mendes Ferrão, em Côja, onde já se contabilizam quase 600.000,00€ em derrapagens, ou seja mais de 20% do valor total inicialmente previsto. Não foi contemplado no projecto de sistema de detecção e alarme contra incêndios, que é obrigatório por lei em qualquer edifício público. Só isto custou 88.363,00€. Foi comprada uma plataforma elevatória com três metros de altura, mas no local constatou-se que eram necessários três metros e sete centímetros. O projecto do bloco D que creio que sejam os balneários, não contemplou rede de esgotos este, então, significou um acréscimo de 80.643,00€ ao valor inicialmente previsto da obra e também se verificou o esquecimento de contemplar vidros laminados e temperados. Sim, o esquecimento de contemplar vidros laminados e temperados, numa escola, que fez o custo aumentar em 13.760,00€. Senhor Presidente, isto sinceramente só me faz lembrar de um jogo, um jogo de xadrez. O xadrez, como todos sabemos, é um jogo que implica a antecipação de movimentos por parte do adversário e a antecipação dos movimentos que podem vir a acontecer durante a partida e por isso, decidi mesmo trazer um tabuleiro de xadrez, para talvez ajudar as pessoas a compreender aquilo que está aqui em causa. Um tabuleiro de xadrez, tem 64 casas, e se considerarmos que estas 64 casas correspondem a 12.199.733,00€, que é o valor total das obras que estão em execução neste momento, cada casa aqui significa qualquer coisa como 190.000,00€. Bom, vou adicionar peças na proporção daquilo que são as derrapagens que se estão a verificar neste momento. Tenho que chamar uma torre, tenho que chamar um cavalo, já aqui vão quase 400.000,00€. Vou chamar um bispo, até o bispo tem que vir ajudar, e vou chamar também o rei. Ainda não cheguei a metade do valor a que já chegaram as derrapagens, tem que vir a dama também, mais um bispo, mais um cavalo, mais uma torre e dois peões; dez peças, ou seja, quase dois milhões de euros em derrapagens que estão neste momento a verificar-se. Não tenho e quero deixar isto muito claro, nada contra as intervenções que neste momento estão a decorrer. São obras importantes para o futuro do concelho, designadamente a requalificação das duas escolas, que são mesmo essenciais para o nosso futuro. Mas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, arganilenses, eu creio que é urgente mudar esta realidade. Se isto se tratasse de um jogo de xadrez, já todos sabemos os resultados, estava garantida a derrota, mas infelizmente não é, é do dinheiro dos arganilenses que estamos a falar e é evidente que a gestão destes recursos merece o maior zelo quanto possível. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rui Pedro Matos** para referir que “em primeiro lugar, é sempre bom lembrar que é preciso não cancelar a memória, por isso temos aquela famosa frase *não há machado que corte a raiz ou pensamento*. É sempre bom lembrar. Ainda bem que eu também tive a oportunidade, no meu discurso político, sobre a comemoração de 25 de Abril, de não esquecer o 25 de Novembro, porque foi graças ao 25 de Novembro que estamos cá nesta altura, desta forma.”-----



Assembleia Municipal

-----Começo também por dar em meu nome, em nome do partido CHEGA os parabéns ao Agrupamento de Escolas de Arganil, nomeadamente na pessoa do aluno Rodrigo Kurp, pela sua vitória.-----

-----Mas eu tenho também várias questões que infelizmente terei de as considerar aqui, porque quero questionar também o senhor Presidente da Câmara porque razão a mudança, neste terceiro período, para o pavilhão, que é considerado recauchutado, na minha opinião, é um pavilhão recauchutado, como é que foi possível fazer-se esta mudança, sem existirem cuidados, nomeadamente o acesso pedonal e o acesso de viaturas, pois aquele caminho ao longo da vedação está esburacado, não o consideraram, por exemplo, nas questões para pessoas portadoras de deficiência. Há também considerações ao nível técnico, ao nível da própria leccionação da aula, pelo facto de os quadros estarem bastante elevados. E na minha humilde sugestão até aconselhei à senhora técnica D. Marta para que colocassem uns estrados, porque eu como professor nesta escola, não consigo utilizar a totalidade do quadro branco. Os quadros brancos estão muito, muito, acima daquilo que é aceitável. Se nós tivermos em atenção aquilo que é a idade média dos professores, todos vamos aumentando na idade e vamos diminuindo em tamanho, em altura. No entanto, as coisas vão-se fazendo, mas não é desta forma. Nós e eu, como professor, senti-me lesado, não pelo meu aspecto físico, não senhor, mas é pelo facto desta pressa em mudar as salas, que estão cheias de pó, pois por mais que se queira proteger, há muito pó. Muitas coisas deveriam ser pensadas antes de tomarem estas decisões, quaisquer que sejam as razões. Isto não são ataques pessoais, Senhor Presidente, são factos até mesmo como o senhor deputado do Partido Socialista, Guilherme referiu, há ali claramente alguns erros de concepção. Um sítio que se chama Barrosa, tem barro. A estrutura é mais frágil. Quando começaram a fazer a obra do edifício que eu chamo novo, ela teve que ser parada e repensada tecnicamente, porque aquela zona é de barro e as fundações que estavam programadas, deu muita água, certo? Há um conjunto de pequenos pormenores que eu peço que o Senhor Presidente e os seus técnicos devem fazer e ter em consideração.-----

-----Eu deixei também, Senhor Presidente da Mesa, um conjunto de considerações sobre a questão do horário de abertura da Piscina Municipal, porque aquilo tem que ser alterado, não é concebível que se abra para o público em geral às dez da manhã. Eu convivo todos os dias com estrangeiros, e eles falam na necessidade ou num gosto de ter abertura mais cedo. É importante. Nós estamos numa vila progressista, então temos que cativar pessoas novas, casais novos, então porque não a prática de abertura mais cedo? Para mim, como profissional, não me dá jeito nenhum, mas vou porque tenho uma excelente directora, que me dá um horário a meu pedido, mas isto não pode ser, deve ser alterado.-----

-----Para terminar, na rua que eu identifiquei aqui como a estrada nacional 342, estrada municipal 523, é ao fundo da Rua dos Combatentes do Ex-Ultramar, está ali uma curva de cotovelo naquilo que é a nova rotunda para Góis, está ali uma curva de cotovelo que é muito perigosa e era bom que os técnicos da Câmara estivessem por lá para perceber a real dificuldade de quem se quer movimentar. Peço desculpa pelo tempo que eu tomei a mais, muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra a Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, **Margarida Marques**, para dizer “muito bom dia a todos e a todas. Permitam-me que o



#### Assembleia Municipal

meu ego hoje venha aqui porque é o meu primeiro 25 de Abril como Presidente da Junta e, portanto, tenho este orgulho enorme e vou fazer o uso deste meu ego para agradecer a quem fez o 25 de Abril, a quem se aproveitou do que o movimento das Forças Armadas fez e que foram atrás e que me permitiram hoje estar aqui, porque quem me conhece sabe que se eu tivesse nascido antes, provavelmente estava encarcerada algures e, portanto, hoje tenho esta liberdade de poder estar aqui nesta sala, com o executivo, como com todos os deputados e cidadãos, e de poder dizer aquilo que eu penso, aquilo que eu sinto, sem ter medo, sem ser presa, sem sofrer represálias e é nisto que eu acredito e é isto que eu defendo fortemente. E por isso para mim, o dia de hoje é o dia mais importante do ano. Desde já convido toda a gente que queira celebrar o 25 de Abril na Freguesia de Cepos e Teixeira e creio que Vila Cova também vai ter celebrações do 25 de Abril. Nós vamos fazer um mural comunitário e obviamente vamos conversar sobre tudo isto e relembrar que o 25 de Abril é preciso ser defendido e conquistado todos os dias, e este é um dia mesmo muito importante. A nossa liberdade está a ser ameaçada dia após dia e eu tive este privilégio de poder dizer o que eu quiser aqui. Portanto, por favor, não o tiremos aos nossos filhos. É o mínimo que podemos fazer, porque à minha geração não foi pedida nenhuma revolução, infelizmente. A nossa revolução é simplesmente continuar a preservar aquilo que os nossos pais fizeram por nós.-----

-----Posto isto, tomo a liberdade também de reconhecer que todos temos diferenças, todos pensamos de forma diferente e que bom que é podermos discutir ideias tão diferentes e deixar aqui o meu lamento de não haver uma celebração em grande do 25 de Abril, não só em relação a esta autarquia, mas em relação ao país inteiro. Claro que eu creio que estas Assembleias são importantes neste dia, eu também vou fazer a minha Assembleia da União de Freguesias neste dia, mas é preciso mesmo celebrar. Há dois anos atrás, fizemos umas conversas maravilhosas. Eu tinha toda a esperança que continuassem todos os anos, nem que fosse uma. Espero podermos pensar nisso no próximo ano porque foram muito importantes. Eu aprendi imenso, tivemos jovens que souberam finalmente a história, não a história romântica, mas a história real, a história dos retornados, que é tão importante. E eu acredito que não custa nada todos os anos. É só um dia. Eu sei que há outra celebração hoje, mas para mim esta é mais importante, porque tenho liberdade para o fazer sem ser punida. E mais importante também é dizer que a esta hora, muito provavelmente eu tenho fregueses nos cafés das minhas aldeias a dizer mal de mim e que bom que é, e eu vou sempre, sempre, defender que eles tenham a liberdade de dizer mal de mim, sem ter medo de ter um bufo da Pide atrás. Isso eu vos garanto, pelo menos enquanto eu estiver viva, custe o que custar, este dia vai ser celebrado em grande.-----

-----Posto isto, em relação aos animais, a minha junta de freguesia tem todo o prazer de capturar, esterilizar e adoptar comunitariamente todos os animais, porque além de eu ser apaixonada por animais ao longo da minha vida, para quem não me conhece, eu tenho muita experiência em práticas comunitárias e se há coisa que eu sei é que uma colónia de gatos esterilizada, cuidada pela comunidade, é capaz de criar laços incríveis. Primeiro treina a empatia, que é muito importante e depois a organização, vais lá tu hoje, amanhã sou eu que levo ao veterinário. Pode parecer pequeno, mas uma comunidade que cuide de animais também cuida dos outros e muitas vezes é mais fácil nós criarmos empatia e cuidar de um animal do que de uma pessoa. E por isso é que eu tenho este amor e tenho o privilégio de ter 200 cabras que me dão amor todos os dias e gostava que todos



Assembleia Municipal

pudessem ter a experiência que tivemos. Já agora, quero agradecer a possibilidade de ter tido os alunos lá, foi mesmo muito bom, enfim, foi completamente transformador ver crianças que têm problemas diagnosticados, que tomam medicação e de repente, estão duas horas com um cabrito ao colo a perguntar-me onde é que tiram o curso para serem pastores e isto é transformador. Portanto, agradeço muito terem enviado para lá aquelas crianças e espero que continuem a ir. Já percebemos, as cabras podem fazê-lo por nós, não custam tanto como um terapeuta, mas precisamos de dinheiro, também. Temos o apadrinhamento de cabras, já sabem, quem quiser pode aderir ao projecto.-----

-----Obrigada e sim, 25 de Abril sempre! Já agora peço desculpa pois eu não sei protocolos, eu não sabia que não se podia bater palmas nas Assembleias, porque na minha Assembleia batem-se palmas, peço imensa desculpa. Já percebi que é uma falta de respeito, eu tenho que ir estudar os códigos. Muito obrigada a todos por esta liberdade.”-----

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** para dizer “muito obrigado, senhora deputada, comungo da sua alegria, do seu propósito e da maneira como coloca as situações. Isso é futuro.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Sandra Duarte** para dizer “bom dia a todos, em nome do Senhor Presidente, cumprimento todos os presentes e quem nos está a ver online. Antes de começar o meu tema, tenho que ser justa, quero agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia, Dr Cardoso, a postura que teve comigo no átrio da Câmara hoje. A consideração, a ética e o respeito que teve para comigo.-----

-----Em segundo lugar, questionar se há algum problema com a senhora vereadora Elizabete, pois quando os deputados que não são do seu partido vêm aqui à mesa, gostava de perguntar se a senhora tem algum tipo de tique, ou se é sempre a gozar com os colegas de outros partidos, porque para além de passar o tempo todo ao telemóvel, de cabeça para baixo, parece estar a jogar ténis. Devia estar a tomar atenção à Assembleia, não está a ter o comportamento decente, tal como os seus colegas. E estando aqui enquanto vereadora, e ser Presidente da Concelhia do seu partido, acho que lhe fica pessimamente mal estar a ter esse tipo de comportamento.-----

-----Agora vou ao tema em concreto que tem a ver com o município que esteve aqui e com quem teve esses tiques desagradáveis, tanto como com o deputado Rodrigo e o deputado Matos, certamente porque não são da sua cor. Independentemente de respeitar ou não, é livre de o fazer, ou neste caso de não concordar, mas tem que respeitar e acho que isso, para uma vereadora e para uma Presidente da Concelhia, é péssimo.-----

-----Passo agora ao tema relacionado com o senhor João António Silva. Senhor Presidente, depois de ouvir o Senhor João Silva, confesso que fico surpreendida, mas ao mesmo tempo, não fico.-----

-----E não fico porque quando um município volta a esta Assembleia com o mesmo problema, meses depois, isso não é insistência, é falta de resposta.-----

-----O que aqui foi novamente exposto é claro: acessos degradados, caminhos em condições inaceitáveis e ausência de intervenção concreta no terreno.-----

-----E permitam-me acrescentar: é uma situação que me foi directamente transmitida, com um pedido de ajuda para acompanhamento.-----

-----E quando alguém chega a esse ponto, algo falhou.-----



Assembleia Municipal

-----Mas há aqui um aspecto que não pode ser ignorado, não estamos apenas a falar do acesso a uma habitação, estamos também a falar de acessos a um alojamento local - investimento, actividade económica e imagem do concelho.-----

-----E é aqui que a questão deixa de ser pontual e passa a ser estratégica.-----

-----E pergunto, de forma muito directa: o que foram vocês fazer à BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa)? Promover o concelho, ou criar expectativas que depois não se confirmam?----

-----E pergunto de uma forma muito directa também, porque realmente há aqui uma diferença grande entre aquilo que se anuncia e aquilo que as pessoas encontram. E quando essa diferença é evidente, quem perde não é apenas o proprietário, é o concelho.-----

-----Senhor Presidente, ainda há pouco tempo tivemos a presença do Senhor Presidente da República na Mourísia, numa visita institucional que muito dignificou o território. Mas também lhe digo, com toda a frontalidade: se for necessário, existem condições para que esta realidade seja conhecida directamente por quem, ao mais alto nível, tem responsabilidade e atenção sobre o território. E todos sabemos que, quando isso acontece, o que poderia ficar circunscrito a este Salão Nobre rapidamente ganha dimensão institucional e traz consigo a atenção da comunicação social.-----

-----E aí, Senhor Presidente, já não estaremos a falar apenas entre nós, estaremos a falar perante o país.-----

-----E permita-me ainda uma questão, que considero legítima: há freguesias e uniões de freguesia neste concelho que sentem, e dizem-no, que não são tratadas da mesma forma, e aquilo que hoje aqui ouvimos só reforça essa percepção.-----

-----Por isso pergunto-lhe directamente, Senhor Presidente: garante, perante todos, que não há tratamento desigual entre territórios deste concelho? É que, se há algo que um executivo não se pode permitir, é dar a sensação de que uns ficam para trás.-----

-----E termino com uma nota muito clara: espero sinceramente que, na próxima Assembleia, não estejamos novamente a discutir este tema e que, pelo menos, já haja uma equipa no terreno a iniciar a resolução do problema porque, caso contrário, não me subestimem.-----

-----Senhor Presidente, celebrar o 25 de Abril no mesmo dia em que ouvimos, novamente, relatos de problemas sem resposta, obriga-nos, pelo menos, a reflectir sobre o que estamos, afinal, a celebrar. Muito obrigada.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Adelino Almeida** para dizer “Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes, sem ofensa para ninguém. Há pouco, quando vi aqui o deputado Guilherme vir com um saco, pensei que não estava na Assembleia Municipal, que estava no “Preço Certo”, mas estamos numa sessão da Assembleia Municipal. Também só para reflectir, antes de ir aos assuntos que eu trazia aqui, eu também tenho animais, sei estimá-los e estimo-os, mas preocupa-me nunca ter vindo aqui ninguém sentar-se e preocupar-se com o abandono dos idosos nos hospitais, pelos próprios filhos, pelos familiares. Toda a gente fala nos animais e ninguém se preocupa com as pessoas que todos nós conhecemos e pelo menos aqui podíamos fazer uma forçazinha e alguém vir também referir este assunto.-----

-----O primeiro ponto que eu trazia aqui já foi referido pelo público, pelo Senhor Pietro, que é a EN 342. Como todos sabemos, já foi dada uma resposta mais ou menos pelo Senhor Presidente, sobre o ponto da situação. Todos sabemos que é uma situação muito



Assembleia Municipal

prejudicial para Arganil e Góis, mesmo nas ligações à Lousã e à Pampilhosa da Serra. Mas o que eu queria questionar também ao Senhor Presidente é se acha que é razoável este período de tempo para a execução da obra, até ao final do ano sensivelmente.-----  
-----Preocupa-me também o ponto da situação da Mata da Margaraça, do corte da estrada da Mata da Margaraça. Eu falo nisto porque nos preocupa a todos. Vamos entrar na parte de Verão, há mais turistas, temos ali restauração, alojamento local, e é um constrangimento grande para aquela zona. Eu falo também, porque normalmente quando se fala na Mata da Margaraça associa-se à Benfeita, mas a União de Freguesias da Cerdeira e Moura da Serra tem ali uma área ainda bastante considerável na Mata da Margaraça, portanto, é da freguesia da Benfeita e da União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, aquele território e preocupa-me sabendo eu que se calhar será uma situação mais difícil de resolver, porque eu, em particular, conheço bem o funcionamento do ICNF, como Presidente de Junta. Já tive problemas com o ICNF para repor uma estrada que estava cortada. Nós tentámos repará-la e pô-la transitável, e a compensação que tivemos foi um processo contra a União de Freguesias, que nós tivemos que depois ir para Tribunal. Como era normal, ganhámos a questão e não fomos penalizados, mas tínhamos uma multa de 12.000€ para pagar ao ICNF.-----  
-----Outro assunto que trago aqui para o Senhor Presidente poder esclarecer é sobre os carregamentos para carros eléctricos. Todos nós sabemos que cada vez mais temos que ir por esse caminho das viaturas eléctricas, até pela situação mundial que está a acontecer e pelo problema que temos com os preços dos combustíveis. E havia aqui um “compromisso” de serem instalados postos de carregamento para carros eléctricos pelo menos um em cada freguesia. Na minha freguesia já tenho um há algum tempo, mas também queria saber e queria que o senhor Presidente do Executivo esclarecesse esta Assembleia e o público que nos está a ver e a ouvir, sobre qual o ponto de situação do posto de carregamento para carros eléctricos? Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Francisco Afonso** para dizer “bom dia a todos, Senhor Presidente, Senhores vereadores, caros membros desta Assembleia, caro público presente e caros Arganilenses. Antes de começar queria só dar uma palavra ao senhor deputado Rui Pedro Matos, partilhar destas vivências que ele aqui descreve, porque sem dúvida, foi uma semana bastante complicada. Foi uma segunda-feira bastante difícil, aquilo que se viveu no período escolar e, nomeadamente neste regresso às aulas, para o qual efectivamente gostava de pedir a vossa sensibilidade para esta temática e, de certa forma, pudessem dar uma palavra para estes jovens, porque efectivamente foi mesmo um regresso às aulas muito, muito difícil, com pó por todo o lado. A própria entrada da escola não está adaptada para a aluna que neste momento necessita de utilização de cadeira de rodas, na qual não pode sentir qualquer tipo de vibração. Portanto, eu pedia mesmo a vossa sensibilidade e que possam resolver esta situação com a maior brevidade possível.  
-----Permitam-me ainda dar mais uma palavra, senhor deputado Rui Pedro Matos, eu sempre ouvi dizer aos meus avós que aquela zona onde está construída a Escola Secundária de Arganil é conhecida pela Quinta do Lameiro, portanto, logo daí consegue tirar as suas conclusões.-----  
-----Permitam-me começar a minha intervenção propriamente dita com um justo reconhecimento. No passado dia quatro de Abril, a iniciativa “Páscoa na Vila” trouxe a Arganil aquilo que há muito reclamamos: vida, dinâmica, juventude, famílias na rua. Um



Assembleia Municipal

momento agregador, bem conseguido, que felicito na pessoa da Senhora Vereadora Elisabete e de todos os envolvidos. Mas, Senhor Presidente, é precisamente por termos visto o que é possível, que mais nos deve inquietar aquilo que é a normalidade. No Domingo de Páscoa, entre as três e as quatro da tarde, sentei-me no mesmo espaço onde, no dia anterior, tudo acontecia. Havia algum movimento, sobretudo de grupos que cumpriam as tradicionais visitas pascais, inclusive três pessoas que procuravam pela farmácia. Ainda assim, o contraste era evidente. Admiti tratar-se de um caso pontual, mas no domingo seguinte, entre as onze e o meio-dia, repeti o exercício e a realidade foi clara, numa hora passou apenas uma pessoa. Uma. Nenhuma permanência, nenhuma vida. E é esta a imagem da vila e não podemos continuar a ignorá-la. E não, não é inevitável. Há quinze ou vinte anos, daquilo que me lembro, e até há sessenta anos, daquilo que nos contam, a vila tinha vida, tinha gente, tinha movimento. Hoje, vemos o contrário. E digo isto, com todo o respeito pelas freguesias, sem qualquer desprimor. Mas é hora de olhar para a vila com seriedade, porque a vila tem que ser o centro e se o centro não vive, ao fim e ao cabo, o concelho perde força.-----

-----Senhor Presidente, a questão é central e simples, porque não estão as pessoas na vila? A freguesia de Arganil registava cerca de 3.827 habitantes. Uma parte significativa reside na vila. Ainda assim, essa presença não se sente. Não se vê. Não se vive. Porque não há o que as atraia e isso exige resposta. O comércio local precisa de apoio, precisa de proximidade, precisa que o município esteja presente e ajude, de certa forma, nomeadamente no acesso a candidaturas, por exemplo, na modernização dos seus espaços. Mas, acima de tudo, é preciso trazer pessoas e isso faz-se com estratégia, com cultura, por exemplo, com programação regular, com iniciativa. Temos associações fortíssimas no concelho de Arganil. Temos talento nas escolas, temos capacidade. O que falta é ligação, coordenação e vontade de transformar esse potencial em dinâmica contínua. Porque não criar uma programação cultural regular? Porque não dar espaço ao associativismo para dinamizar o centro em períodos de menor movimento? Porque não alargar eventos como a “Páscoa na Vila”, criando mais dias, mais presença, mais impacto? Porque não criar uma rota, por exemplo, de arte urbana? Aproveitar fachadas devolutas, envolver proprietários, criar pontos de interesse, à semelhança daquilo que se fez na Covilhã. Se não temos movimentos suficientes para atrair, então temos de os criar. E é neste ponto que entram os jovens, porque uma vila sem jovens é uma vila sem futuro.-----

-----Hoje a percepção que existe é preocupante. Por exemplo, o CAJ, Centro de Actividades Juvenis, em tempos, para mim, este foi o espaço de encontro, de crescimento e partilho convosco que foi o primeiro espaço onde eu tive acesso à Internet. Hoje encontra-se fechado para os jovens. Faltam espaços, faltam referências. Outro exemplo, o Skatepark, que em tempos existiu em Arganil. Aquilo que era um espaço simples, mas importante no quotidiano dos nossos jovens, foi-lhes retirado. Prometeu-se melhor, nomeadamente um parque verde mais aprazível, mas o que ficou verdadeiramente foi o afastamento de quem ali estava, muitos nunca mais lá voltaram. Também o parque infantil no centro da vila, um espaço que trazia famílias, que criava vida, foi retirado e o centro perdeu ainda mais dinâmica.-----

-----Tudo isto constrói uma realidade que afasta e isso tem de ser invertido, por favor. Sabemos que há responsabilidade do Governo Central e a partir daí, nós em nada contradizemos. Sabemos que o interior enfrenta dificuldades estruturais, sim, mas



Assembleia Municipal

também sabemos que o poder local pode apoiar. Por exemplo, o apoio ao estudante universitário, a atribuição destes apoios, podem ser valores pequenos, nada comparado com bolsas de estudo, claramente que não podem ser apoios anuais, mas para muitas famílias, representam um sinal, representam a mensagem de que o município está presente no percurso destes jovens e isso pode fazer a diferença. Outros concelhos, como Góis, fazem-no e é desta cor política. E quanto à natalidade, importa dizer com clareza, não se trata apenas de apoiar famílias, trata-se de criar condições para casais que escolham construir a sua família em Arganil. Trata-se de dar um sinal de compromisso, de mostrar que vale a pena ficar, que vale a pena regressar, que vale a pena vir, que vale a pena investir em Arganil. E a pergunta mantém-se, será assim um peso tão grande no orçamento ou será um investimento no futuro? Porque muitas das vezes um pequeno apoio gera uma grande ligação e é disso que se trata. Dar razões para ficar, dar razões para que tenhamos um concelho coeso, próximo da sua população e que lhes transmita “nós estamos aqui” para vocês.-----

-----Talvez também esteja na altura de começar a apostar ainda mais no Conselho Municipal da Juventude, um ponto de ligação, por exemplo, entre os jovens e as suas empresas, um caminho para criar oportunidades, porque talento não falta em Arganil. O que falta é decisão.-----

-----Termino com um convite, Senhor Presidente, passe uma tarde na vila, nomeadamente uma tarde de domingo, sem formalidades, até mesmo sem o seu executivo. Observe, veja a diferença entre o que foi possível e aquilo que é hoje. Ainda vamos a tempo, mas é preciso agir. Viva o 25 de Abril e muito obrigado por me terem ouvido.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Maria José Silva** para dizer “bom dia a todos, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.-----

-----Um assunto muito rápido, importante, porém; Côja e Vila Cova de Alva foram recentemente reconhecidas como vilas históricas, numa decisão aprovada pela Assembleia da República. Obviamente este reconhecimento merece ser mencionado nesta Assembleia, mas já agora também vale a pena esclarecer qual foi o papel dos vários intervenientes neste processo. Este procedimento começou no anterior mandato, em 2024, por altura da elevação de Pombeiro da Beira a vila, quando o então vereador Paulo Teles aventou a hipótese de se verificar se Côja e Vila Cova estariam nas mesmas condições. Essa sugestão foi tida em conta pelo executivo que levou a proposta a reunião de Câmara a 19 de Novembro de 2024, tendo sido aprovada e depois mais tarde, também em sede da Assembleia Municipal, a 7 de Dezembro. Portanto, a bem da verdade, este processo teve intervenção de todos os intervenientes autárquicos e, portanto, devem ser reconhecidos os devidos louros correctamente. Na verdade, o importante é o reconhecimento real e oficial da importância histórica e patrimonial destas duas localidades que confirma o seu lugar na memória e na identidade de todo o concelho.-----

-----Termino desejando um bom 25 de Abril a todos, pedindo desculpa pela minha ausência, brevemente, pois tenho um compromisso profissional de acompanhamento de alunos numa visita de estudo. Desejo a todos um feliz 25 de Abril.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para dizer “Senhor Presidente, na sua pessoa, cumprimento todos os presentes. Muito bom dia a todos.-----



Assembleia Municipal

-----Não propriamente com um tema propósito para intervenção, mas para comentar algumas das intervenções que aqui ouvimos e acho que não podem passar sem alguma apreciação da minha parte. Começo por dizer que a liberdade, entre determinados limites é isto mesmo, esta partilha de opiniões onde todos nos devemos manifestar, desde que não percamos o respeito pelos outros, tudo me parece absolutamente possível. Torná-la selectiva aí já são propósitos que eu posso concordar mais ou menos, mas também não posso deixar de dizer à deputada Sandra Duarte, que é com alguma estupefacção que vejo a apreciação que faz à vereadora Elisabete Oliveira. Eu próprio tenho as minhas reações, eu próprio naturalmente acho que devo ter expressão e não tenho que fazer figura imóvel para dizer que concordo mais ou menos com aquilo que aqui é dito. Mas a estupefacção vem, acima de tudo, por ver este tipo de comentário de alguém que, de forma absolutamente gratuita, sem conhecer as pessoas absolutamente de lado nenhum, se permita a tecer todo o tipo de comentários, de partilhar aquilo que quer e bem lhe apetece. Fê-lo inclusive comigo sobre intervenções passadas nesta Assembleia, tecendo comentários do género que falo bem, mas não faço a mínima ideia daquilo que digo, sem nunca ter trocado comigo uma única conversa. E eu acho que queremos para nós o direito de podermos criticar tudo e todos, de nos exprimirmos sobre tudo e mais alguma coisa e aos outros não lhe permitimos absolutamente nada, se calhar, aí temos realmente que recentrar o nosso Abril, os nossos princípios. É absolutamente natural que as pessoas tenham, nas suas intervenções, e nas intervenções que ouvem as suas expressões e a sua forma de concordância e a apreciação daquilo que acontece.-----

-----Queria também comentar uma intervenção que ouvi agora recente e com a qual concordo e dizer Francisco, já me conheces há alguns anos, eu costumo dizer que na minha vida pessoal, aprendo muito com aquilo que são os ensinamentos daqueles com os quais me identifico e aprendo muito também a ouvir opiniões com as quais acho que não tenho concordância nem plena, nem total, obrigam-me a pensar, obrigam-me a efectivamente ver as coisas de outra perspectiva e a forma como fazes aqui as coisas, acho que todas elas devem ser efectivamente ponderadas. Devemos olhar para as sugestões que apresentas, devemos ver quais é que têm enquadramento, devemos ainda assim também recentrá-las naquilo que eu acho que não pode ser um discurso que esvazie tudo aquilo que é feito, porque acho que podemos reconhecer e eu sou daqueles como dizias e bem, que passo muitos domingos nesta vila, faço questão de a percorrer a pé, de bicicleta, com o meu miúdo, com a família, para fazer desporto, lazer, conheço bem a Vila. Acho que há zonas que naturalmente se nota por aquilo que são as mudanças de hábito mostra perca de pessoas, há outras que as ganham e falaste também do parque do Sub-Paço, onde eu passo algumas horas também. Mas dizer que a forma correcta parece-me essa, pelo menos colocarmos à análise, ao desafio, ponderarmos as coisas, percebemos o que é que faz sentido e daí, com certeza que tiraremos elações positivas. Aproveitemos 1% que seja das ideias que possam ser passadas e é 1% de ganho que temos adicionalmente.-----

-----Uma coisa diferente será fazermos comentários que acho que não trazem muito mais que a crítica, pela crítica. Guilherme, eu ouvi o teu discurso e a tua intervenção com atenção. Tens efectivamente a capacidade de ter uma oratória muito interessante, mas o xadrez é um jogo de tabuleiro, é um jogo que eu posso reiniciar a cada vez que não estiver a correr como me interessa. O mundo real, a vida real, tem efectivamente limitações um bocadinho diferentes. É preciso, por vezes, criar plano e o planeamento



Assembleia Municipal

pode ser tão atempado quanto isso e por mais que seja, não vais acautelara 100% das variáveis. E se avançarmos apenas e só quando temos a certeza de absolutamente tudo, muito provavelmente aquilo que vamos conseguir fazer é nada. E isto acontece-me centenas de vezes, pois por mais que planeie as coisas, há desvios, esses desvios quando aparecem, importa perceber a capacidade que temos de os anular, e aquilo que eu acho que é importante aqui reconhecer, é que em todas as grandes obras que vimos que Arganil teve nos últimos anos, percebemos sempre e acho que isso dá uma tranquilidade suficiente, que a capacidade de as financiar lesando absolutamente nada, aquilo que é a contribuição que os arganilenses fazem é total. Conseguimos financiar todos os nossos grandes projectos muito assentes em quadros comunitários que não sacrificam os arganilenses, e que permitem ter este tipo de políticas, que é no final, até abdicar da totalidade do IRS a que o município tinha direito, ou seja, falamos que efectivamente há toda a capacidade de executar a obra, naturalmente, identificar-lhes os desvios, perceber que há coisas que por mais se planeiem a não ser e hoje já vi aqui tentar vestir ao Senhor Presidente a bata, desde veterinário a electricista, a advogado, a jurista, era bom que conseguíssemos ter todas as capacidades. Infelizmente não temos, pelo menos eu não consigo. Mas dizer que quando se identificam desvios, as fontes de financiamento têm acontecido, as obras com maior ou menor transtorno têm andado, têm-se executado. E acho que em nenhuma instância se foi pedir que os arganilenses ficassem privados da sua qualidade de vida, que tivessem que contribuir mais para que essas obras existissem. A verdade é que as obras executam-se com as dificuldades que em Arganil ou em qualquer outro lado do mundo existiriam. Ouvir-te dizer que ficam coisas efectivamente por planear, logicamente, todos gostávamos que não acontecesse que os projectos contemplassem a totalidade das suas necessidades desde o início, mas também dizer-te que quando percebes que alguma coisa não está contemplada, se vais ter que imputar esse custeio porque identificas que precisas dele, não se trata de uma derrapagem, trata-se efectivamente de incluir um custo que já teria que existir em qualquer das circunstâncias. Por isso, aquilo que não posso deixar de dizer é que a história mostra-nos que há capacidade de executar, de colocar mais e melhor qualidade de vida em Arganil e nos arganilenses, sem nunca abdicar de princípios básicos e sem nunca onerar de forma absolutamente desnecessária, ninguém em Arganil. Obrigado.”-----

-----Pedi a palavra a senhora deputada **Sandra Duarte** para defesa da honra, referindo que “ainda bem que se riram todos, porque assim toda a gente vê o executivo que temos. Quero só dizer uma coisa muito clara, fico lisonjeada por ter falado no meu nome em primeiro lugar, é sinal que realmente estou a ficar importante em Arganil. A nível de conteúdo, o que disse, para mim, zero, vale zero, gostei apenas do seu português. Muito obrigada.”-----

-----O Senhor **Presidente da Assembleia** referiu “mas que ofensa foi esta, que defesa da honra foi esta? A próxima vez não lhe dou a palavra para este efeito.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “tentarei responder aqui às várias questões que foram colocadas, ao mesmo tempo que acompanharei também alguns apontamentos que foram feitos. Naquilo que tem a ver com os



Assembleia Municipal

acompanhamentos, começar por reiterar também o regozijo aqui manifestado pelo Senhor deputado José Miguel Marques.-----

-----Sobre a intervenção do deputado Luís Gomes, que acompanho. Naquilo que tem a ver com a questão que deixou, como já disse por diversas vezes, o projecto de Ampliação da Área de Localização da Relvinha é um projecto determinante para o concelho de Arganil, assumimo-lo desde a primeira hora e não o assumimos isoladamente, foi um projecto objectivamente que foi partilhado de forma unânime, particularmente no anterior mandato, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal. Tem muito a ver efectivamente com o futuro do nosso concelho. Naquilo que tem a ver com a concretização e com a rentabilização daquele espaço e particularmente nas questões que coloca sobre os espaços para arrendamento, trata-se de um processo que está neste momento em preparação, que contamos até meados do ano e, portanto, penso que durante os próximos dois meses teremos condições para submeter ao mercado a alienação de vários lotes com este propósito, portanto, com o propósito de termos um investidor que concretize estas instalações para arrendamento. E isso é algo que está neste momento a ser internamente trabalhado e que não tenho grandes dúvidas que vai acontecer. Sobre aquilo que tem a ver com o projecto, um projecto em que depositamos muita confiança para o futuro de Arganil ou um grande projecto de investimento que, no horizonte temporal relativamente curto, haverá de ocupar cerca de dez hectares, sendo numa primeira fase cerca de três hectares. Está neste momento em fase também de apreciação de candidatura, nomeadamente junto do COMPETE, num novo processo, numa nova reformulação de projecto, que já vinha a ser anteriormente trabalhado. Aproveitar para dizer que no dia 29 de Maio será feita uma sessão de apresentação relativamente ao projecto que está já neste momento, em fase de tramitação interna, de um produto inovador, de cariz absolutamente ou totalmente natural para utilização, quer as estações de tratamento de águas residuais, quer também ao nível de alguma alimentação animal, trata-se no fundo de cumprir aquilo que é um desiderato que temos vindo a assumir.-----

-----Sobre a intervenção do senhor deputado Guilherme Correia dizer o seguinte, fez aqui um exercício muito interessante, gostei muito de ver as peças do xadrez, é um xadrez bonito, mas aproveitar para dizer que neste jogo em que o senhor basicamente já determinou a garantia da derrota, vale a pena às vezes percebermos a história e percebermos aquilo de que estamos a falar. Resolveu invocar três grandes obras que estão neste momento a acontecer, todas elas estão a acontecer na sequência de projectos de execução que foram contratados ao mercado, que, pela sua dimensão, foram objecto de revisão de projecto, uma fase crítica, que tem a ver também com a dimensão dos investimentos e, pasme-se, foram projectos que, uma vez do ponto de vista técnico concluídos, foram apreciados, foram analisados e foram aprovados por todos os membros da Câmara Municipal e, portanto, dizer que já se sabe que está garantida a derrota, como resolveu aqui pré-anunciar, é capaz de ser um exercício um bocadinho esquisito, porque objectivamente toca a sete elementos da Câmara, têm todos o mesmo nível de responsabilidade na aprovação dos projectos e, portanto, vale a pena sabermos aquilo de que estamos a falar, quando falamos, nomeadamente destas grandes intervenções. Obviamente, e aqui também quero referi-lo, obviamente que quando existem erros e omissões nos projectos de execução, que determinam a execução e a aprovação de trabalhos complementares, trata-se sempre de um acto que fazemos no espírito de



Assembleia Municipal

obrigação, porque efectivamente, se o projectista devia ter considerado uma determinada solução e não considerou, e já agora, vale a pena até falá-lo e referi-lo em relação aos vidros, relativamente aos vidros laminados, trata-se aqui objectivamente de uma deliberação, de uma decisão da Câmara Municipal do órgão Câmara municipal, porque do ponto de vista legal, isso foi algo que também nos surpreendeu na apreciação que foi feita, do ponto de vista legal, nem sequer era obrigatório no local onde eles estavam instalados, que fossem laminados. Ainda assim, sendo situações de que não gostamos, os trabalhos complementares, de facto, não é aquilo que mais apreciamos, mas são as soluções para os erros e omissões que vão sendo detectados no decurso da obra e, portanto, sobre isto, dar a informação, explicar, que isto são processos mais complexos do que aquilo que se tenta aqui inventar às vezes, como se fosse efectivamente um jogo de xadrez e que não é.-----

-----Sobre a intervenção do senhor deputado Rui Matos, eu quero aqui dizer aquilo que disse na data em que estive na escola, a apresentar o projecto, nós temos que reconhecer, fi-lo na altura e faço-o agora, aliás, eu costumo invocar o exemplo de cada vez que pego num berbequim para fazer um furo lá em casa para pendurar qualquer coisa, é sempre um problema crítico e muito significativo, por maioria de razão, uma obra com a dimensão daquela que está a acontecer, quer na Secundária, quer na Escola Professor Mendes Ferrão, em Côja, qualquer uma destas duas situações que têm que ser compagináveis com aquilo que é o decurso da própria actividade lectiva, causam sempre constrangimentos e, portanto, sempre fui claro relativamente a esta matéria, mas também sempre referi que muitas vezes esse é o exercício que temos que enfrentar para ter algo melhor, para ter melhores instalações, para ter instalações mais confortáveis. Aquilo que no caso da Secundária, toda a gente anseia, há pelo menos mais de uma dúzia de anos e, portanto, quero aqui reconhecer o constrangimento que isto provoca. Sim, trata-se de uma intervenção que, pela sua dimensão, pelas suas características, impacta significativamente naquilo que é a vida normal de um estabelecimento escolar, tal como na altura o solicitei, continuo a solicitar alguma compreensão relativamente àquilo que acontece. Agora, todos esses episódios que refere, o espaço que está menos bem limpo, que existe alguma confusão, que as passagens não estão ainda completamente definidas, merece por um lado, a minha concordância em relação ao apontamento, mas ao mesmo tempo também lhe peço que compreenda que nós não estamos a falar do tal furo da parede que eu falava há pouco, estamos a falar efectivamente de uma obra extraordinária, do ponto de vista da dimensão e também do ponto de vista crítico, do ponto de vista daquilo que é a articulação das várias tarefas, nem sempre nessa articulação o resultado é aquele que gostaríamos. Haverá de concordar que qualquer factor de perturbação também a nós nos desagrada, mas temos que, de uma forma séria, reconhecer que isso acontece em obras com estas características e, portanto, sobre isso queria também no fundo fazer esse apelo a essa compreensão, ao mesmo tempo que digo que qualquer situação, nomeadamente essa da altura dos quadros que até me disseram que a respectiva marcação tinha sido feita em articulação com o Agrupamento de Escolas, mas, independentemente disso, e sabemos que não vão ficar todas, na sua versão final, no dia em que a obra terminar, isso seria absolutamente original em qualquer empreitada com esta dimensão, qualquer situação que seja passível e que justifique, a resolução terá de acontecer. Sobre a questão dos erros de projecto, já o referi há pouco já me referi a eles há pouco, dizer que nesse processo e na questão dos erros e omissões,



#### Assembleia Municipal

trata-se de algo que também está definido do ponto de vista legal, independentemente da dimensão, da consequência, é que cada vez que a Câmara Municipal, o órgão Câmara Municipal aprecia uma proposta de erros e omissões, tem a obrigação legal de apreciar e definir se se trata de algo que é da responsabilidade do projectista e sendo da responsabilidade do projectista, tem a obrigação legal de avançar, de intentar ação de recuperação para com o projectista e, portanto, trata-se, naquilo que é a legislação e vale a pena também dizê-lo aqui de forma esclarecedora, naquilo que é a legislação da contratação pública, aprovada pelo Código de 2008, trata-se de uma matéria que é muito sindicada, que é muito avaliada, nesta perspectiva da responsabilização. Não estamos a falar aqui como acho que já perceberam, não estamos a falar aqui de ser o Presidente da Câmara ou os vereadores, que pegam no lápis e que fazem o projecto. Às vezes pode-se pensar que é dessa maneira, mas de facto não é. Relativamente ao apontamento que também deixou, sobre o horário das piscinas, quero aqui dizer que as piscinas já funcionaram num horário mais dilatado, a iniciar às oito da manhã. A utilização, nessa altura, nesse período em que esse horário era praticado, de facto, não era relevante, mas estamos naturalmente disponíveis para fazer mais uma tentativa. Agora, como compreenderá, se não houver um nível de utilização que justifique os recursos que têm que estar afectados a uma solução com estas características, naturalmente que qualquer alteração que agora se faça terá depois que ser revista. Registrar o contributo que faz sobre a questão da circulação na tal curva de cotovelo.-----

-----Sobre a intervenção da deputada e Presidente da União das Freguesias de Cepos e Teixeira, Guida Marques, associar-me às suas palavras sobre o 25 de Abril. Sobre a questão que referiu, sobre a adopção de animais, foi exactamente aquilo que eu também sublinhei, na perspectiva efectivamente do envolvimento da população nestas soluções e, portanto, vemos este processo de uma forma muito similar.-----

-----A intervenção da senhora deputada Sandra Duarte, dizer-lhe que as freguesias são tratadas de forma igual, do ponto de vista da equidade territorial, do ponto de vista daquilo que são as características e, portanto, sobre isso não temos rigorosamente nada a temer, nenhum tipo de constrangimento e, portanto, não vejo nem vislumbro nenhum fantasma neste processo.-----

-----Sobre a intervenção do senhor deputado Adelino Almeida já me referi sobre a questão da EN 342, quando o Pietro colocou a questão e quero, de uma forma muito frontal, dizer o seguinte; se me perguntar se gostaria que a obra ou que esta intervenção acontecesse de um dia para o outro, claro, todos gostaríamos. Se me perguntar se seria sério, do ponto de vista intelectual, ter essa pretensão e fazer essa exigência, a única coisa que lhe posso solicitar é uma reflexão sobre aquilo que efectivamente são os vários patamares de um exercício com estas características. E eu já o referi, trata-se de um projecto de execução que até foi contratado por ajuste directo, pela Infraestruturas de Portugal, quase de um dia para o outro e, portanto, neste momento, o projecto já está a ser elaborado. Sabemos até pela nossa experiência noutras situações que se tratam de trabalhos técnicos que, pelas suas características técnicas e aquilo que tem a ver também com a natureza do terreno, a necessidade de serem efectuados estudos geológicos implica que a própria elaboração do projecto de execução demore algum tempo. Estamos aqui com isto a falar por aquilo que nos foi anunciado pela Infraestruturas de Portugal, de uma expectativa de entrega do projecto de execução em Junho. Se colocarmos em cima disto, quatro meses, para execução de obra, eu não acho que seja nada de



#### Assembleia Municipal

surpreendente ou de negativamente surpreendente, acho até mesmo que se trata de um exercício de grande proatividade por parte da Infraestruturas de Portugal, não deixando de reconhecer que qualquer um de nós, enquanto cidadão, gostaria que aquilo tivesse uma solução de passe de mágica de um dia para o outro, mas isso, infelizmente, não existe. Aquilo que existe, é a realidade. E quero aqui reconhecer, não ficaria bem com a minha consciência se não o fizesse, quero aqui reconhecer a proatividade da Infraestruturas de Portugal. Sobre a questão da Mata de Margaraça, temos uma situação que permite dizer que não tem nada a ver com aquilo que está a acontecer com a abordagem da Infraestruturas de Portugal, a participação e a proatividade não tem nada a ver com aquela que referi há pouco e nós estamos a falar de uma Mata Nacional, tutelada pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, que neste momento ainda não nos apresentou qualquer solução. Aquilo que nos têm anunciado é que estão ainda dentro da tutela a perspectivar candidaturas para efectuarem esta intervenção. Portanto, acho que se trata de dois bons exemplos, de duas metodologias de abordagem que também não podem deixar de nos ajudar a retirar as necessárias elações. Sobre os postos de carregamento, que são todos eles aqueles que vão ser colocados nas freguesias, são todos eles de carregamento rápido, um processo que teve aqui algumas vicissitudes. Finalmente foi concluído e, portanto, o contrato de concessão já foi celebrado. Já houve um contacto preliminar também com a empresa para agendar para começar aqui o processo de instalação e contamos que ainda agora, nesta fase da Primavera, até ao início do Verão, pelo menos alguns sejam já colocados nos diversos territórios.-----

-----Sobre a intervenção do deputado Francisco Afonso, acompanhar a avaliação que foi feita pelo deputado Christophe Coimbra. Apenas deixar também um exercício, o senhor desafiou-me a fazer um exercício como se eu não o fizesse. Já o fiz várias vezes, mas faça o mesmo exercício que me aconselha, relativamente à vila de Côja, visite e frequente a vila de Côja a um domingo, esse processo certamente vai ajudá-lo a tirar ilações relativamente àquilo que acontece no centro da vila de Arganil. Mas queria aproveitar aqui para dizer também, no que tem a ver com a questão do Sub-Paço, queria sublinhar um aspecto que não foi referido e que me parece da máxima importância, que se trata de um espaço que, ao fim de muito tempo, é verdade, com a solução que está actualmente implementada, um espaço que foi apropriado, foi assumido pelas pessoas e, portanto, é passar neste espaço, incluindo aos domingos e perceber aquilo que efectivamente é o resultado de uma mudança de paradigma, nomeadamente em relação ao tal espaço que lá existia antes e que não era utilizado, mas nessa altura ainda éramos todos muito mais jovens e admito que não tenha ainda percepção daquilo que era de facto, o nível de utilização daquele espaço.-----

-----Sobre a intervenção da deputada Maria José Silva, sobre o reconhecimento de Côja e Vila Cova de Alva como vilas históricas, sim, de facto, aquilo que aqui lembrou foi mesmo isso, foram os factos, é a verdade dos factos. É verdade que da parte do executivo houve uma iniciativa e passo a redundância, inicial, relativamente à freguesia de Pombeiro da Beira, que assumidamente e reconhecidamente não tinha o estatuto de vila, mas que reunia os requisitos que tinham sido publicados no início de 2004, se a memória não me falha, para reconhecer territórios com o peso histórico que tinha e tem Pombeiro da Beira, para os reconhecer como vila, neste caso com carácter histórico. E nessa altura, quando esse processo foi apreciado em sede de reunião de Câmara, é



Assembleia Municipal

verdade que o então vereador Paulo Teles Marques questionou se tínhamos a certeza que particularmente Vila Cova de Alva e Côja eram vilas e a nossa percepção era que sim. Aliás, Vila Cova de Alva porque “Vila” está no nome e Côja porque inclusivamente o brasão que já na altura era utilizado, era um brasão de quatro Torres e isso significa, de ponto de vista da temática, que o reconhecimento como Vila terá que ter sido apreciado pela entidade que aprova os brasões, em determinada altura da história. O que é certo é que não encontramos e articulámos com a Direção-Geral das Autarquias Locais à data, não encontramos efectivamente nenhuma evidência que estas duas povoações tivessem tido reconhecimento em algum momento no passado. E não falamos no passado mais remoto, mas estamos a falar já do passado posterior a meados da década de 1800, portanto, 1850 por aí fora, foi quando aconteceram as principais reformas administrativas do país, particularmente com o Mouzinho da Silveira. Efectivamente, aquilo que se confirmou foi que não havia esse reconhecimento e de imediato desencadeámos esse processo. Portanto, ficamos muito satisfeitos que o desfecho tenha sido positivo e a história aconteceu exactamente como agora acabou de ser relembrada.-----

-----Sobre a intervenção do deputado Christophe Coimbra, apenas agradecer os apontamentos que aqui deixou, que me pouparam bastante tempo de intervenção. Agradecer o seu contributo, quer naquilo que teve a ver com os apontamentos, quer naquilo que referiu em relação aos exercícios com as obras estratégicas que estão a acontecer no concelho. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Guilherme Correia** para referir que “quero apenas deixar algumas notas em relação ao comentário que o senhor deputado Adelino Almeida deixou. De facto, trouxe um saco, mas aquilo que os participantes do Preço Certo fazem é levar um saco com alguns produtos, para agradecer o apresentador do programa, obviamente pelo excelente trabalho que desenvolve. É evidente que eu não trouxe uma chouriça, nem um bucho ao senhor Presidente da Câmara, até porque desde logo, não considero que o trabalho que esteja a fazer seja tão bom quanto o do apresentador desse programa da RTP.-----

-----Relativamente à intervenção do senhor deputado Christophe Coimbra, é evidente que existem desvios, é normal que assim seja, agora o meu único objectivo com esta intervenção foi assinalar que mediante a capacidade que existe para propagandear todas estas grandes obras que estão em execução, eu acho que o mínimo que os arganilenses precisam, ou merecem, é respeito e dizer-lhes aquilo que está efectivamente a acontecer, que é grave, são montantes muito avultados aqueles que estamos a falar.-----

-----Senhor Presidente, finalmente queria dizer-lhe que acho que não fica nada bem atirar a responsabilidade por estas derrapagens para os vereadores da oposição, até porque os recursos que dispõem são totalmente diferentes, pois o Senhor Presidente e dois dos vereadores em permanência estão a tempo inteiro, os vereadores da oposição não estão. O Senhor Presidente tem assessoria, os vereadores em regime de permanência têm assessoria, os vereadores da oposição, tanto quanto sei, não têm assessoria e, portanto, estamos a falar de duas coisas completamente diferentes, a responsabilidade efectiva daquilo que aconteceu é do Presidente da Câmara Municipal e dos respectivos vereadores em regime de permanência. Muito obrigado.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra a senhora deputada **Beatriz Seco** para referir que “na nossa opinião, o que importa aqui avaliar é se as obras são necessárias, se ficam concluídas, se trazem benefícios reais às populações e se o município mantém capacidade financeira. Em Arganil, o que se vê é investimento na ordem dos 23 milhões de euros, melhoria de infra-estruturas e desenvolvimento no concelho. Criticar números isolados sem falar do resultado final é política de ruído. E tendo em conta aquilo que herdámos em 2005, não deixa de causar perplexidade, ouvir agora o Partido Socialista dar lições de gestão financeira e de fundos públicos. No mínimo, há aqui um evidente toque de ironia política. Também é verdade que podem surgir erros de projecto ou necessidade de ajustamento. Quando isso acontece, os problemas vão sendo corrigidos, porque o que interessa é garantir que as obras sirvam da melhor forma o seu propósito. Quanto à transparência, causa estranheza ouvir-se sucessivamente a bancada do Partido Socialista colocar em causa a idoneidade de quem governa, insinuando junto da população má fé ou falta de rigor. A transparência demonstra-se com procedimentos de fiscalização, prestação de contas que vamos ter no ponto a seguir e obra feita, não com suspeições permanentes, sem fundamento. Muitos destes projectos são ainda apresentados em janelas de candidatura.”-----

-----Teve ainda a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “quero aqui apenas dizer, porque certamente não fui ouvido e certamente terá sido por incapacidade minha de me fazer explicar, tentarei fazê-lo de uma forma mais objectiva, para que seja melhor sucedido nesta minha explicação. Qualquer projecto de execução tem uma elaboração técnica. Nos casos de que estamos a falar, todos eles foram contratados externamente e estamos a falar de equipas de projecto que incluem as mais diversas áreas de engenharia civil, de arquitectura, da mecânica, de electricidade, de comunicações. Tudo coisas, nalguns casos, que não existem no município, portanto, para que não existam dúvidas, a responsabilidade em relação aos projectos de execução, à respectiva qualidade dos projectos de execução, particularmente quando são contratados externamente, como é óbvio, qualquer pessoa de boa fé consegue perceber, é uma responsabilidade contratualmente assumida pelo projectista e é ele que tem que dar resposta. Achar-se que o Presidente da Câmara ou que os técnicos do município vão depois fazer o trabalho que é dos técnicos, de andar a verificar se o vidro é laminado ou se não é laminado, é só uma manifesta ausência de noção da realidade e, portanto, isso objectivamente não acontece, mas aquilo que queria dizer de mais relevante nesta intervenção é que não me viram, nem me ouviram a responsabilizar os vereadores da execução, nomeadamente aqueles que participaram nestes processos. Aliás, antes pelo contrário, aquilo que eu tenho dito de forma reiterada, o que tenho afirmado, são palavras de elogio aos vereadores que participaram nestas decisões, nestes processos, que foram essenciais para termos o volume de investimento, de maior dimensão a acontecer no concelho. Sim, os vereadores que nos ajudaram no mandato de 2021 a 2025, a construir o plano de execução que está a acontecer actualmente em Arganil, que são como já aqui foi referido, 23 milhões de euros, com mais os trabalhos complementares, já são 25 milhões de euros que estão a acontecer no nosso concelho, e que não acontecem isoladamente por mérito deste executivo ou do executivo que esteve em funções no mandato de 2021 ou 2025, mas contou também com o mérito e com o meu reconhecimento relativamente aos vereadores do PS que participaram nessas decisões.



Assembleia Municipal

Naturalmente que o trabalho, quer do executivo, quer dos vereadores da oposição nesta matéria, é um trabalho político, não é um trabalho técnico, não são os vereadores, nem aqueles que estão no executivo, nem aqueles que estão na oposição que haveriam de ter a responsabilidade. Isso é, volto a dizer, uma fantasia, que teriam a responsabilidade de andar a verificar se os vidros que estavam na janela não sei de onde são laminados ou não são. Isso não existe em lado nenhum e, portanto, quero sobre esta matéria deixar isto também muito esclarecido. Muito obrigado.”-----

**ORDEM DO DIA**

-----**PRIMEIRO:** Apreciação e votação da **Acta da Sessão Ordinária nº 2/2026**, realizada no dia 28 de Fevereiro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra e 34 votos a favor, aprovar a Acta da Sessão Ordinária nº 2/2026, realizada no dia 28 de Fevereiro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Sandra Duarte** para referir que “para mim, a acta disponibilizada não corresponde integralmente ao conteúdo que nela própria é declarado como integrante, e vou dizer porquê. Tenho aqui “printado”, digamos assim, o que está na Cloud, na página número 3 da própria acta, diz *da deputada Municipal Sandra Duarte, pedido de informação, documentação, Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, documento anexo à acta; da deputada Municipal Sandra Duarte, pedido de informação, documentação Política Municipal de bem-estar Animal no Concelho de Arganil, documento anexo à acta; da deputada Municipal Sandra Duarte, pedido de informação, documentação IPSS, Centro Social Paroquial do Sarzedo, documento anexo à acta.* Posto isto, podem constatar na página 3 da respectiva acta, esta acta, tal como se encontra, não cumpre o propósito de registo completo e transparente dos trabalhos, na medida em que omite o conteúdo integral de comunicações que foram expressamente solicitadas para constar como anexo. Mais, no dia 27 de Março recebi um e-mail, pelo menos assinado pela senhora assistente técnica Odete Fernandes, que à respectiva acta iria ser anexa, portanto o que eu enviei para vós. Entretanto, depois posteriormente, mais recentemente, responderam que não consta porque parte desses anexos contêm dados que não devem, não podem, ser publicados para que qualquer cidadão possa ver. Portanto, esta correspondência que dirigi a esta Assembleia e cujo teor solicitei que fosse não apenas referido, mas integralmente anexado à respectiva acta, importa esclarecer o seguinte. Desde logo o uso da Lei nº 26/2016, que consagra o direito de acesso à informação administrativa, a regra é transparência e a facilitação desse acesso, não a sua limitação a mecanismos presenciais burocráticos ou condicionados. Acresce que estamos a falar de uma plataforma interna. O que eu pedi foi para constar na Cloud, restrita aos membros deste órgão, não se trata precisamente da divulgação pública indiscriminada, mas sim de garantir que todos os deputados municipais têm acesso a pleno direito aos elementos que integram o funcionamento desta Assembleia. Invocar no e-mail que eu



Assembleia Municipal

recebi, de forma genérica, o RGPD para justificar a não disponibilização não é, por si só, suficiente. O RGPD não proíbe o acesso, exige sim, que esse acesso seja feito com respeito pelas regras de proteção de dados, o que é perfeitamente compatível com a disponibilização em ambiente restrito. Limitar o acesso a consulta física implica, na prática, criar um obstáculo desnecessário ao exercício das funções dos deputados municipais e isso não é aceitável. E, já agora, se a preocupação for a futura divulgação pública das actas no site do município, confesso que essa preocupação me parece, no mínimo, prematura. Aliás, tendo em conta os prazos com que essas publicações têm vindo a ocorrer, arrisco dizer com alguma ironia, mas também com realismo, que quando essas forem efectivamente disponibilizadas ao público, é bem possível que este mandato já tenha terminado. Mas não é disso que estamos a falar. O que está aqui em causa é o acesso imediato em tempo útil por parte dos membros desta Assembleia no exercício das suas funções. E esse acesso deve ser pleno, directo e sem obstáculos artificiais. Deixo por isso uma questão simples, há alguma razão concreta, objectiva e juridicamente sustentada para que esses documentos não estejam disponíveis na Cloud, a que todos temos acesso? Caso contrário, parece-me evidente que estamos perante uma limitação injustificada ao acesso à informação. Nessa medida, voto contra a aprovação da presente acta, requerendo que a presente declaração fique integralmente consignada em acta e reservando expressamente todos os direitos e meios legalmente admissíveis relativamente à situação exposta, porque a transparência não é facultativa, é um dever. Obrigado.”-----

-----**SEGUNDO: Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia representante das Juntas de Freguesia para integrar a Comissão Municipal de Protecção Civil**, nos termos da alínea i) do artigo 41º da Lei nº 27/2006, de 3 de Julho, na actual redacção.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para dizer que “Senhor Presidente, a bancada do PSD gostaria de indicar para representante das Juntas de Freguesia, na Comissão Municipal de Protecção Civil, o Presidente da União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Bernardo Figueiredo.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “relativamente a este ponto, o Partido Socialista propõe a eleição de João Gonçalves, Presidente da União de Freguesia de Vila Cova de Alva e Anseriz.”-----

-----Mas não só nomear, vamos nomear e quero dizer porquê, porque a Comissão Municipal de Protecção Civil exige mais do que representação, exige conhecimento técnico e experiência real. João Gonçalves reúne essas condições. São 32 anos ligado aos Bombeiros Voluntários de Côja, onde percorreu todos os graus da carreira até Chefe, 18 dos quais como funcionário da Associação, e onde foi distinguido com o estatuto de Bombeiro do Quadro de Honra em Agosto de 2025. A sua formação abrange combate a incêndios florestais, urbanos e industriais, análise e comportamento do fogo, gestão de operações e acidentes com múltiplas vítimas, entre outras áreas directamente relevantes para as funções em causa. Por isso mesmo, acho que João Gonçalves é a pessoa indicada.”-----



Assembleia Municipal

-----Usou da palavra o Senhor **Presidente da Assembleia** para referir que “a proposta da bancada do PSD, com o nome do Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Bernardo Figueiredo, será a Lista A e a proposta da bancada do PS, com o nome do Presidente da União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, João Gonçalves, será a Lista B. Vamos votar.”-----

-----A Assembleia Municipal, após votação por escrutínio secreto, deliberou, por maioria, com 18 votos a favor, 15 votos contra, um voto em branco e um voto nulo, eger o Presidente da União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, Bernardo Filipe Santos Figueiredo, como representante das Juntas de Freguesia do concelho, para integrar a Comissão Municipal de Proteção Civil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**TERCEIRO:** Apreciação e votação do **Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Arganil**.-----

-----Presentes a informação técnica INF/193/2026, bem como o Plano em apreço, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, e dos quais se anexam cópias à acta.--

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rui Pedro Matos** para referir que “relativamente ao relatório que nos fizeram chegar, apenas tenho de fazer alguns reparos, no seguinte: o Plano é tecnicamente consistente, bem fundamentado e alinhado com uma visão inclusiva da migração. Contudo, falha em reconhecer explicitamente o Agrupamento de Escolas de Arganil como actor central na integração. Por exemplo, nós temos uma senhora professora de nome Mariana Espadeiro, que é mediadora destes migrantes que cá chegam, não referiu no projecto; dispomos de um serviço de psicologia e orientação pela Senhora Psicóloga Maria João, que elabora e trabalha muito, muito, muito com estas novas realidades que vão-nos chegando permanentemente; temos o Centro Qualifica, cuja coordenação é da Senhora Professora Fátima Teixeira, em que colaboramos em turmas com adultos estrangeiros, nem português, língua não materna. Trabalhamos também em casa, onde muitos estrangeiros, nomeadamente uma senhora de nome Melissa, acabou de ser certificada ao nível de um RVCC profissional. Nós fazemos isto. Realizamos. Penso que no relatório que vocês apresentaram, também deveria estar lá consignado algo relativamente a este trabalho que nós, docentes e o Agrupamento de Escolas de Arganil, realizamos com esta questão da migração e da sua inclusão.-----

-----Quero agradecer as palavras do senhor deputado enfermeiro Francisco, relativamente às minhas considerações. E também quero só fazer um alerta à senhora deputada Ana Beatriz, pelo seguinte: a nossa função como deputados municipais é também perceber se aquilo que nós gastamos tem um fundamento; interessa saber como se gasta, não é gastar por gastar. Nós, em nossas casas, como economistas domésticos, nós temos um orçamento e temos que perceber esse orçamento, porque é uma restrição e nesse orçamento se conseguimos arranjar uma poupança é sempre fundamental para o futuro, para a nossa garantia de podermos executar melhores projectos, sem que haja tais desvios. Muito obrigado.”-----



Assembleia Municipal

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para referir que “como foram aqui feitas algumas observações mais específicas, eu pedia autorização para a vereadora Elisabete Oliveira poder responder. De qualquer das formas, naquilo que consigo explicar, queria dizer o seguinte; nós estamos a fazer de um Plano Municipal para a Integração de Migrantes, que foi contratualizado no âmbito de uma estratégia intermunicipal, o que significa que todos os municípios, todos os 19 municípios da região de Coimbra, têm o Plano Municipal para a Integração de Migrantes elaborado por esta mesma equipa e pela mesma metodologia e, portanto, é importante percebermos que muitas vezes é preferível, pelo menos naquilo que tem a ver com o âmbito deste trabalho, é preferível não chegarmos até ao ponto do pormenor e fazermos uma avaliação mais genérica, porque isso é aquilo que vai permitir depois ter também comparabilidade nos dados agregados dos vários municípios. Tentando sintetizar, a metodologia que aqui foi aplicada é aquela que permite depois, no conjunto, ter uma leitura do território, de forma homogénea. Se cada município fosse utilizar o seu critério, no final de cada um teria isso mesmo, uma amálgama de informações, eventualmente a nível de cada um dos municípios, mais interessante, mas do ponto de vista do todo, não permitia leituras conjuntas.”-----

-----Teve a palavra a senhora vereadora **Elisabete Oliveira** para explicar que “indo ao encontro do que o Senhor Presidente explicou, este nosso Plano integra-se numa candidatura intermunicipal, que permitiu que todos os municípios da Comunidade Intermunicipal possam ter precisamente um Plano Municipal para a Integração de Migrantes. Arganil foi pioneira neste campo e desenvolve este trabalho desde 2015. O nosso primeiro Plano, que foi aprovado, data dessa altura, mas não é uma realidade que seja transversal a todos os municípios e o objectivo é que esta temática seja trabalhada cada vez mais desta forma transversal, e ao nível da região. Agora, não obstante esta questão, porque a elaboração de cada um destes Planos vai depois também permitir a elaboração de um Plano Intermunicipal e, portanto, aquilo que o Senhor Presidente referia, no que diz respeito à questão dos dados levantados, torna-se particularmente crítica para que depois este Plano possa ter, de facto, esta leitura. Agora, aquilo que o senhor deputado apresentou é não só reconhecido, como muito importante e, portanto, aquilo que queria partilhar é que, não obstante este diagnóstico ser sobretudo a recolha e a análise de dados demográficos e também a questão da identificação de padrões e distribuições territoriais, estou aqui a olhar para os objectivos, para que seja o mais correcta possível, isto não implica que não haja uma etapa seguinte, porque vai haver, aliás, vai ser desenvolvida uma candidatura que permitirá novamente o desenvolvimento de actividades neste âmbito, um mapeamento. E acho que aqui podemos ter condições para integrar estes dados que trouxe e que são de facto muito relevantes. O mapeamento dos recursos locais que temos para dar resposta precisamente a esta identificação desta comunidade. Portanto, acho que vai fazer todo o sentido e trabalharemos naturalmente, quer com a direcção do Agrupamento, quer com o Centro Qualifica, através também da sua responsável, a Professora Fátima Teixeira, com quem, de resto, trabalhamos bastante neste âmbito, para podermos não só ter um retrato da realidade, como também o retrato das ferramentas e dos recursos que temos na comunidade, para responder a esta comunidade. Portanto, agradeço o contributo e farei questão de o integrar neste mapeamento. Muito obrigado.”-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção e 34 votos a favor, e de acordo com a informação INF/193/2026, aprovar o Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Arganil.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Sandra Duarte** para dizer que “sobre este ponto, a integração de migrantes é um tema sério e estruturante para o futuro do concelho e merece naturalmente o nosso reconhecimento. No entanto, o documento apresentado na Cloud, sendo relevante enquanto diagnóstico, não evidencia de forma clara os resultados das medidas anteriormente implementadas, nem define indicadores concretos de monitorização futura. Assim, entendendo a importância do tema, mas também a necessidade de maior robustez na avaliação e execução, opto pela abstenção.”-----

-----**O Senhor Presidente propôs que os pontos quarto ao sexto fossem apreciados em conjunto, tendo todos concordado com a proposta.**-----

-----**QUARTO:** Apreciação e votação da **Adenda ao Contrato-Programa nº 06/2026**, celebrado com a Freguesia de Pomares, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Presente a informação técnica INF/402/2026, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado por V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> e considerando:-----

---O disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabe à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

---Que compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e União de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

---Que o Contrato Programa 6/2026 foi aprovado sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 23 de fevereiro de 2026, com a deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 28 de fevereiro de 2026, no montante de 28.000€ (vinte e oito mil euros), com o objeto de "Construção das instalações, cobertura e paredes de um telheiro nos terrenos da Junta de Freguesia, para recolher a carrinha, trator e outras alfaias - 1ª fase; Cimentar a valeta que sai do cemitério até ao largo António Campos da Silva; Restauração do Miradouro de Santa Luzia à entrada de Pomares; Intervenções urgentes motivadas pelas várias tempestades (Desobstrução de valetas no Bairro do Torrão,



Assembleia Municipal

Tapado do Pinheiro, Lameira e estrada Pomares - Avô; Reconstrução e construção de aquedutos e caixas de perda de pressão no Bairro do Torrão e respetivo acesso; Limpeza do barroco das Corgas e construção de novo aqueduto com tampa; Limpezas mecânicas em Sorgaçosa, Agroal, Espinho, Sobral Gordo e Soito da Ruiva, incluindo aplicação de tubos e limpeza de valetas; Reconstrução de aqueduto em Soito da Ruiva; Limpeza de detritos e desobstrução nas aldeias da freguesia com trator e máquina; Reparação de tubagem de abastecimento de água no cemitério de Sobral Magro devido a deslizamento de terras; Reparação de vala e instalação de caixa para tubo de luz em Sobral Magro; Limpezas e desobstruções em Sobral Magro, Corgas, Sorgaçosa, Tapado do Pinheiro e Pomares; Limpeza e desobstrução repetida do aqueduto junto à Fábrica de Confeções em Pomares; Reparação de calçada junto à antiga escola em Sorgaçosa)".-----

-----Remete-se a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º 6/2026 celebrado com a Freguesia de Pomares.-----

-----Pretende-se com esta Adenda retirar do objeto do Contrato Programa 6/2026 os seguintes trabalhos: "Construção das instalações, cobertura e paredes de um telheiro nos terrenos da Junta de Freguesia, para recolher a carrinha, trator e outras alfaias - 1ª fase; Cimentar a valeta que sai do cemitério até ao largo António Campos da Silva; Restauração do Miradouro de Santa Luzia à entrada de Pomares".-----

-----Assim, o objeto do Contrato Programa 6/2026 passa a ser o seguinte: "Intervenções urgentes motivadas pelas várias tempestades (Desobstrução de valetas no Bairro do Torrão, Tapado do Pinheiro, Lameira e estrada Pomares - Avô; Reconstrução e construção de aquedutos e caixas de perda de pressão no Bairro do Torrão e respetivo acesso; Limpeza do barroco das Corgas e construção de novo aqueduto com tampa; Limpezas mecânicas em Sorgaçosa, Agroal, Espinho, Sobral Gordo e Soito da Ruiva, incluindo aplicação de tubos e limpeza de valetas; Reconstrução de aqueduto em Soito da Ruiva; Limpeza de detritos e desobstrução nas aldeias da freguesia com trator e máquina; Reparação de tubagem de abastecimento de água no cemitério de Sobral Magro devido a deslizamento de terras; Reparação de vala e instalação de caixa para tubo de luz em Sobral Magro; Limpezas e desobstruções em Sobral Magro, Corgas, Sorgaçosa, Tapado do Pinheiro e Pomares; Limpeza e desobstrução repetida do aqueduto junto à Fábrica de Confeções em Pomares; Reparação de calçada junto à antiga escola em Sorgaçosa)", com a comparticipação financeira de 28.000€ (vinte e oito mil euros).-----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 6/2026.-----

-----À consideração superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/402/2026, aprovar a Adenda ao Contrato-Programa n.º 06/2026, celebrado com a Freguesia de Pomares, nos termos da alínea j) do n.º1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----



Assembleia Municipal

-----**QUINTO:** Apreciação e votação da **Adenda ao Contrato-Programa nº 13/2026**, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Presente a informação técnica INF/368/2026, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado por V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> e considerando:-----

---O disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabe à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

---Que compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e Uniões de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

---Que o Contrato Programa 13/2026 foi aprovado sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 23 de fevereiro de 2026, com a deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 28 de fevereiro de 2026, no montante de 46.050€ (quarenta e seis mil e cinquenta euros), com o objeto de apoio à "Aquisição de uma viatura Citroen Berlingo para o serviço de águas (piquete)", à realização do evento: "FAVA - Feira de Velharias" e à execução dos trabalhos de "Empedramento das ruas em Esculca de Cima, ruas intervencionadas com tubagem de água entre o largo da Mocidade e o Iteiro; Melhoramentos na Rua Principal na localidade de Machorro; Melhoramentos no Largo e Rua Principal da Esculca e da Rua do Colaço no Barril do Alva; Requalificação do muro de suporte à estrada da aldeia do Salgueiral junto ao depósito da água"-----

-----Remete-se a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º 13/2026 celebrado com a União de Freguesias de Coja e Barril do Alva.-----

-----Pretende-se com esta Adenda alterar o objeto do Contrato Programa 13/2026, retirando a Requalificação do muro de suporte à estrada da aldeia do Salgueiral junto ao depósito da água, sendo o valor previsto para esta requalificação reforçado nos trabalhos de reparação dos alcatroamentos da Esculca.-----

-----Assim, o objeto do Contrato Programa 13/2026 passa a ser o seguinte: apoio à "Aquisição de uma viatura Citroen Berlingo para o serviço de águas (piquete)", à realização do evento: "FAVA - Feira de Velharias" e à execução dos trabalhos de "Empedramento das ruas em Esculca de Cima, ruas intervencionadas com tubagem de água entre o largo da Mocidade e o Iteiro; Melhoramentos na Rua Principal na localidade de Machorro; Melhoramentos no Largo e Rua Principal da Esculca e da Rua do Colaço no Barril do Alva", com a comparticipação financeira de 46.050€ (quarenta e seis mil e cinquenta euros).-----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 13/2026.-----

-----À consideração superior,-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/368/2026, aprovar a Adenda ao Contrato-Programa nº 13/2026, celebrado com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**SEXO:** Apreciação e votação da **Adenda ao Contrato-Programa nº 14/2026**, celebrado com a União das Freguesias de Vila Cova do Alva e Anseriz, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Presente a informação técnica INF/230/2026, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado por V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> e considerando:-----

---O disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que veio aprovar o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabe à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

---Que compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e Uniões de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

---Que o Contrato Programa 14/2026 foi aprovado sob proposta da Câmara Municipal em sua reunião de 23 de fevereiro de 2026, com a deliberação da Assembleia Municipal tomada em sessão de 28 de fevereiro de 2026, no montante de 12.500€ (doze mil e quinhentos euros), com o objeto de "Requalificação da Rua Abílio Fernandes Dinis em Casal de S. João; Requalificação do recinto da escola de Anseriz".-----

-----Remete-se a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, a minuta de adenda ao contrato programa n.º 14/2026 celebrado com a União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz.-----

-----Pretende-se com esta Adenda alterar o objeto do Contrato Programa 14/2026 para "Requalificação da Rua Abílio Fernandes Dinis em Casal de S. João".-----

Assim, o objeto do Contrato Programa 14/2026 passa a ser o seguinte: "Requalificação da Rua Abílio Fernandes Dinis em Casal de S. João", com a comparticipação financeira de 12.500€ (doze mil e quinhentos euros).-----

-----Anexo minuta da adenda ao contrato programa n.º 14/2026.-----

-----À consideração superior,-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/230/2026, aprovar a Adenda ao Contrato-Programa nº 14/2026, celebrado



Assembleia Municipal

com a União das Freguesias de Vila Cova do Alva e Anseriz, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

**-----O Senhor Presidente propôs que os pontos sétimo ao vigésimo fossem apreciados em conjunto, tendo todos concordado com a proposta.-----**

-----Presente a informação INF/429/2026, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

-----Exmo. Senhor Presidente,-----

-----Em coerência com o solicitado por V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> e considerando:-----

-----O disposto no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais, sendo que a competência para deliberar sobre a forma de apoio às freguesias, cabe atualmente à Assembleia Municipal, conforme disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo (Deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações).-----

-----Que compete à Câmara Municipal, apresentar proposta à Assembleia Municipal para que esta delibere sobre a forma de apoio às freguesias e União de Freguesias em causa, conforme previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo I à citada Lei 75/2013, de 12 de setembro, Remete-se a V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> para aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º1 do art.º 25.º do referido anexo I, minuta do protocolo de cooperação (contrato programa) a celebrar com as Freguesias de Arganil, Benfeita, Celavisa, Folques, Piódão, Pomares, Pombeiro da Beira, S. Martinho da Corça, Sarzedo, Secarias, União de Freguesias de Cepos e Teixeira, Cerdeira e Moura da Serra, Côja e Barril de Alva e Vila Cova de Alva e Anseriz, com vista à comparticipação financeira na execução de diversos trabalhos de silvicultura, no valor total de 101.080,00€ (cento e um mil e oitenta euros).-----

-----Objeto e Valor das comparticipações:-----

---Freguesia de Arganil: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 10.500,00€ (dez mil e quinhentos euros);-----

---Freguesia de Benfeita: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 11.780,00€ (onze mil setecentos e oitenta euros);-----

---Freguesia de Celavisa: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 2.140,00€ (dois mil cento e quarenta euros);-----

---Freguesia de Folques: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 5.040,00€ (cinco mil e quarenta euros);-----

---Freguesia de Piódão: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 7.120,00€ (sete mil cento e vinte euros);-----

---Freguesia de Pomares: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 9.800,00 € (nove mil e oitocentos euros);-----

---Freguesia de Pombeiro da Beira: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 10.300,00€ (dez mil e trezentos euros);-----



Assembleia Municipal

---Freguesia de Sarzedo: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 7.260,00€ (sete mil duzentos e sessenta euros);-----  
---Freguesia de Secarias: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 1.160,00€ (mil cento e sessenta euros);-----  
---Freguesia de São Martinho da Corça: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 8.100,00€ (oito mil e cem euros); União de Freguesias de Cepos e Teixeira: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 9.300,00€ (nove mil e trezentos euros);-----  
---União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 7.300,00€ (sete mil e trezentos euros);-----  
---União de Freguesias de Coja e Barril de Alva: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 8.680,00€ (oito mil seiscentos e oitenta euros);-----  
---União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anceriz: "Execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva": 2.600,00€ (dois mil e seiscentos euros).-----  
-----Prazo de Vigência: Data da Assinatura dos contratos até ao cumprimento das obrigações de ambas as partes;-----  
-----Pagamento: O pagamento da verba prevista no ponto anterior será efetuado até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato;-----  
-----Prazo de cumprimento: 180 dias;-----  
-----Incumprimento: A falta de cumprimento dos contratos implica a devolução dos montantes atribuídos;-----  
-----Acompanhamento e controlo: O acompanhamento e controlo do cumprimento dos contratos é feito pela Câmara Municipal, assistindo-lhe o direito de fiscalizar as suas execuções.-----  
-----Anexo minutas dos contratos programa e fichas de cabimento e compromisso.-----  
-----À consideração superior,-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “relativamente a este ponto e aos contratos programa com as Freguesias e Uniões de Freguesias para a Silvicultura Preventiva, gostaríamos de colocar uma questão concreta.-----  
-----Estes contratos prevêem intervenções ao nível das estradas e caminhos florestais? É do conhecimento geral e transversal a todas as freguesias do concelho, que a grande maioria dos caminhos florestais se encontra em estado degradado, sendo alguns completamente intransitáveis. Há munícipes que estão impossibilitados de aceder aos seus próprios terrenos.-----  
-----Não deixa de ser notório o contraste entre o estado destes caminhos e a celeridade com que se intervém nas estradas por onde irá passar o Rali de Portugal, e de notar que reconhecemos a importância da preparação das estradas para o Rali de Portugal, pois é um evento com visibilidade e impacto para o concelho, isso que fique bem claro. Mas consideramos que é ainda mais prioritário o arranjo dos caminhos florestais, onde muitas pessoas não têm neste momento sequer acesso aos seus terrenos, e que se tornam perigosos em caso de incêndio.-----  
-----E é precisamente esse o risco que mais nos preocupa. Com a aproximação do Verão, estradas florestais intransitáveis deixam de ser apenas um inconveniente - tornam-se um perigo real para a segurança de pessoas e bens e para a própria capacidade de



Assembleia Municipal

resposta ao fogo. Depois do que vivemos em Agosto de 2025 e dos anos anteriores, este tema não pode ser tratado com ligeireza.-----

-----O que pretendemos saber é o que está previsto fazer? Estas intervenções cabem no âmbito dos presentes contratos programa, serão objecto de contratos específicos, ou são da responsabilidade exclusiva do Município? Queremos perceber se existe um plano - e se existe, qual é o prazo.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para explicar que “nesses contratos de silvicultura preventiva, estamos a falar objectivamente de limpezas de bermas de estradas municipais e sublinho aqui municipais, pavimentadas. Aqui é uma redundância porque as estradas pavimentadas são aquelas que objectivamente e legalmente, são da competência do município. As estradas de terra batida, do ponto de vista legal, são da competência das freguesias. Aqui o que está considerado é relativamente às estradas municipais asfaltadas no território em cada uma das freguesias; o que está é a multiplicação do número de quilómetros por um valor por quilómetro, neste caso de duzentos euros, igual para todas as freguesias. Para além disso, em relação às freguesias que têm espaços empresariais nos seus territórios, a saber, Sarzedo, S. Martinho da Cortiça, Côja e Arganil, temos quatro intervenções na limpeza do espaço destas zonas empresariais, consideradas da mesma maneira, portanto, a distância a multiplicar por duzentos euros por quilómetro. Relativamente à intervenção que o senhor deputado fez, de ser mais prioritária a intervenção nos caminhos florestais do que no traço do Rali, bom, é uma opinião. Naturalmente que só posso respeitar, mas ainda assim, neste momento, aquilo que é objectivamente uma prioridade inequívoca, sendo aqui o nosso propósito relativamente ao sucesso do Rali em Arganil no próximo dia 8 de Maio, faz-nos priorizar essa intervenção. Volto a dizer que naquilo que tem a ver com as intervenções nas estradas florestais, que são caminhos tutelados pelas freguesias, o que existe é uma planificação, num espírito de colaboração do município, existe uma planificação com afectação de dias a cada uma das freguesias para fazer estas intervenções nos caminhos florestais, que têm dois níveis de intervenção dentro de cada uma das freguesias. A primeira prioridade são todos os caminhos florestais que estão sinalizados no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios para serem reabilitados naquele ano em concreto, neste caso no ano de 2026, numa qualquer freguesia; são essas as intervenções que são prioritárias. Fora isso, de acordo com os dias disponíveis, aquilo que cada freguesia faz, no fundo, é priorizar também a afectação dos recursos que são adstritos para o seu território.”-----

-----**SÉTIMO: Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Arganil**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/429/2026, aprovar a Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Arganil, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, no valor de 10.500,00€, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**OITAVO: Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Benfeita**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/429/2026, aprovar a Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Benfeita, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, no valor de 11.780,00€, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**NONO: Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Celavisa**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/429/2026, aprovar a Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Celavisa, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, no valor de 2.140,00€, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO: Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Folques**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/429/2026, aprovar a Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Folques, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, no valor de 5.040,00€, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO PRIMEIRO: Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Piódão**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/429/2026, aprovar a Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Piódão, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, no valor de 7.120,00€, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SEGUNDO: Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Pomares**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/429/2026, aprovar a Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Pomares, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, no valor de 9.800,00€, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO TERCEIRO: Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Pombeiro da Beira**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/429/2026, aprovar a Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Pombeiro da Beira, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, no valor de 10.300,00€, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO QUARTO: Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----



Assembleia Municipal

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/429/2026, aprovar a Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de S. Martinho da Cortiça, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, no valor de 8.100,00€, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO QUINTO: Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Sarzedo**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/429/2026, aprovar a Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Sarzedo, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, no valor de 7.260,00€, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SEXTO: Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Secarias**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/429/2026, aprovar a Celebração do Contrato Programa com a Freguesia de Secarias, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, no valor de 1.160,00€, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO SÉTIMO: Celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Cepos e Teixeira**, com vista a compartilhar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/429/2026, aprovar a Celebração do Contrato Programa com a União das



Assembleia Municipal

Freguesias de Cepos e Teixeira, com vista a participar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, no valor de 9.300,00€, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO OITAVO: Celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra**, com vista a participar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/429/2026, aprovar a Celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra, com vista a participar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, no valor de 7.300,00€, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**DÉCIMO NONO: Celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva**, com vista a participar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/429/2026, aprovar a Celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Côja e Barril de Alva, com vista a participar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, no valor de 8.680,00€, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO: Celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz**, com vista a participar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade de 35 votos, e de acordo com a informação INF/429/2026, aprovar a Celebração do Contrato Programa com a União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz, com vista a participar financeiramente a execução de diversos trabalhos de silvicultura preventiva na freguesia, no valor de 2.600,00€, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º do RJAL.-----



Assembleia Municipal

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO PRIMEIRO: Abertura de Procedimentos Concursais para provimento de Cargos de Direção Intermédia de 2º e 3º Graus** – Designação dos júris dos procedimentos, nos termos do artigo 13º da Lei 49/2012, de 29 de Agosto.-----

-----Presente a Proposta em apreço, que se dá por reproduzida, para todos os efeitos legais e da qual se anexa cópia à acta.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para dizer que “relativamente a este ponto, o Partido Socialista não se opõe à necessidade de abrir os procedimentos concursais - é uma obrigação legal decorrente da nova estrutura orgânica. Contudo, a proposta apresentada suscita questões que pretendemos ver esclarecidas:-----

-----Primeira questão, o vazio de gestão desde Março. A nova Estrutura Orgânica foi publicada em Março de 2026 e todas as Comissões de Serviço cessaram automaticamente nessa data. Estamos em Abril. Queremos saber quem tem assegurado a gestão corrente dessas unidades orgânicas desde então - quem assina despachos, autoriza despesas, toma decisões administrativas - e com que cobertura legal o faz.-----

-----Segunda questão, a composição dos júris. Analisando a proposta, verificamos uma concentração preocupante das mesmas pessoas em múltiplos júris em simultâneo. Paula Cristina da Silva Silvestre aparece em cinco dos seis procedimentos. Francisco José dos Santos Rodrigues - trabalhador do próprio Município de Arganil, em regime de substituição - aparece igualmente em cinco dos seis. Fernando Pereira Alves preside simultaneamente a três júris. Sofia Valente é suplente em quatro. Perguntamos: garante o executivo que esta sobreposição assegura a disponibilidade e independência que a lei exige? Porquê as mesmas pessoas e não outras?-----

-----Terceira questão, conflito de interesses no concurso 5.2. Francisco José dos Santos Rodrigues exerce actualmente, em regime de substituição, o cargo de Chefe da Unidade de Administração Geral - precisamente o cargo que o concurso 5.2 visa prover em definitivo. E é, simultaneamente, vogal efectivo no júri desse mesmo concurso. O resultado deste procedimento afecta directamente a sua situação funcional. Perguntamos ao executivo se está certo de que não existe aqui impedimento ou suspeição nos termos do Código do Procedimento Administrativo - e se considerou afastar esta pessoa deste júri específico.-----

-----Quarta questão, os prazos. A proposta não indica qualquer prazo estimado para a conclusão dos procedimentos. As chefias cessaram há semanas. Os concursos só podem ser publicados após esta Assembleia designar os júris. Qual é a estimativa do executivo para o provimento efectivo dos cargos? Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rui Pedro Matos** para referir que “estou a pedir a palavra relativamente a este assunto pelo simples facto de que no dia 22 de Abril de 2026 eu consultei a Cloud, a nuvem onde está toda esta informação para esta Assembleia Municipal e eu não tinha qualquer informação sobre este assunto, por isso eu peço a Vossa Excelência que na próxima reunião de Assembleia Municipal solicite ao Senhor



Assembleia Municipal

Presidente de Câmara o envio o mais atempadamente possível de todos os documentos para poder ser possível fazer uma análise transparente, com mais calma. Não é só apenas este documento em si e os outros que são fundamentais para o desenvolvimento social, económico territorial, mas é também para nós como escrutinados por todos os nossos munícipes, consigamos aqui chegar e claramente dizer, sim, sim, estou de acordo ou não, não, não estou de acordo por este ou aquele motivo. Portanto, eu nesta altura, a única coisa que eu posso dizer relativamente a este assunto é que o partido CHEGA fica com apenas este voto de lamentação pelo facto de, no dia 22 à noite, não estar lá esta informação e agradeço que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia faça o favor de chegar ao Senhor Presidente de Câmara e aos seus colaboradores esta nota para que tudo funcione bem. Nós, partido CHEGA, não somos claramente destruidores da vossa clara intenção de melhorar o município. Claramente, queremos apoiar e ajudar e é isto que na nossa presença, de forma positiva e saudável, foi aquilo que eu deixei hoje na minha nota de política sobre o dia 25 de Abril, que é importante celebrar. Obrigado. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “relativamente à intervenção do deputado Rodrigo Oliveira, quero dizer e esclarecer que na realidade não temos aqui, do ponto de vista formal, nenhum vazio de gestão. Aquilo que temos objectivamente é a constatação que temos conseguido gerir a autarquia com o mínimo de dirigentes. Certo é que essa circunstância, do ponto de vista da ponderação interna, foi alterada e, portanto, aquilo que resulta da proposta que anteriormente aqui trouxemos, passa efectivamente por uma estrutura dirigente que, objectivamente, com a excepção que referiu, não tem nenhum cargo provido e, portanto, não há aqui nenhuma questão. Há efectivamente aqui um exercício de maior esforço naqueles que cá estão e particularmente ao nível do executivo, que muitas vezes tem que dar alguma ou mais atenção a alguns aspectos que deviam ser tratados exclusivamente do ponto de vista da estrutura, do que aquilo que esta estrutura permitirá. Do ponto de vista daquilo que são os impedimentos, eles são legalmente conhecidos, publicados e, portanto, aquilo que se espera é que não existam impedimentos. Sobre a composição dos júris, trata-se de haver apenas com o reconhecimento que qualquer uma destas pessoas e, se quiserem avaliar o percurso delas, têm proveniências, até do ponto de vista partidário, diversas, mas são todas elas pessoas idóneas, com muito conhecimento nas áreas que estamos a contratar e, portanto, que nos dão segurança para o sucesso deste conjunto de provimentos.”-----

-----Relativamente à intervenção do Deputado Rui Pedro Matos, apenas reconhecer-se daqui o seu apontamento, mais uma vez; já o estou a fazer mais uma vez. Gostaríamos que tivesse sido possível enviar a documentação com mais antecedência, certo é que, por este assunto e por outro, que apreciaremos de seguida, fizemos uma reunião extraordinária que decorreu no dia 22, que foi o dia em que se tornou possível, também neste caso em concreto, disponibilizar a informação. Devia ter sido disponibilizada, no limite, no dia 22, não havia nenhuma razão para no próprio dia não ter sido de imediato disponibilizada.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção e 34 votos a favor, designar os júris dos procedimentos concursais para provimento de Cargos de



Assembleia Municipal

Direção Intermédia de 2º e 3º Graus, nos termos do artigo 13º da Lei 49/2012, de 29 de Agosto e aprovar as áreas de formação propostas para cada um dos cargos a prover.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Sandra Duarte** para dizer que “em relação a este ponto, relativo à abertura de procedimentos concursais para provimento de cargos de direção intermédia de segundo e terceiro graus, bem como à designação dos respectivos júris, importa sublinhar que estamos perante uma matéria de elevada relevância para o regular funcionamento da estrutura municipal. A composição dos júris não é um detalhe processual, é um factor determinante para a credibilidade, transparência e imparcialidade de todo o procedimento. É precisamente nesta fase que se deve garantir, sem margem para dúvidas, a integridade do processo, contudo, não foram apresentados de forma clara e objectiva os critérios subjacentes à escolha dos membros dos júris, nem as garantias concretas de inexistência de conflitos de interesse, nem ainda os mecanismos que asseguram, de forma inequívoca, a transparência dos procedimentos. Estas omissões não são meramente formais. Comprometem a confiança que deve existir desde o primeiro momento.-----

-----Assim, e por não dispor dos elementos necessários para formar uma convicção plenamente esclarecida sobre esta matéria, optei pela abstenção. Esta posição não traduz desvalorização do procedimento, mas antes a exigência de que processos desta natureza sejam conduzidos com rigor e a transparência que os cargos em causa impõem. Obrigada.”-----

-----**VIGÉSIMO SEGUNDO:** Apreciação e votação dos **documentos de Prestação de Contas**, relativos ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2025, nos termos da alínea I) do nº 2 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (RJAL), aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na actual redação.-----

-----Presentes os documentos da Prestação de Contas em apreço, que se dão por reproduzidos, para todos os efeitos legais, cujos originais serão arquivados na Secção Financeira.-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rodrigo Oliveira** para referir que “nós temos uma declaração de voto sobre este ponto para fazer, mas antes da declaração de voto, temos aqui algumas questões que gostaríamos de ver esclarecidas. E são questões concretas sobre os passivos contingentes identificados na nota 15, da Prestação de Contas - obrigações possíveis que podem implicar saídas futuras de recursos públicos e que merecem o esclarecimento devido a esta Assembleia.-----

-----Primeira questão, Processo de Contra-ordenação nº 25/2025, Carvalhas, Sarzedo. Este processo, instaurado pela Agência Portuguesa do Ambiente contra o Município de Arganil, teve decisão em 10 de Julho de 2025 e é dado como terminado. Porém, o documento é completamente silencioso quanto ao valor da coima aplicada e ao seu



Assembleia Municipal

pagamento. Queremos saber qual foi o valor da coima, se foi paga e em que rubrica foi registada?-----

-----Segunda questão, Processos nº 427/19 ABECBR e nº 88/20 BECBR. Estes dois processos, a Civibérica com 572.086 euros e a CIP Construções com 82.066 euros, representam uma responsabilidade potencial conjunta de mais de 654 mil euros de dinheiro público. Ambos se arrastam há cinco e seis anos respectivamente, e o próprio documento admite, em citação textual, que «*no limite, uma eventual responsabilidade poderá corresponder ao valor peticionado pelas contrapartes*». Face a uma contingência de 654 mil euros, o município tem provisionado para todos os processos judiciais em conjunto apenas 86.693 euros. Queremos saber o critério que justifica esta opção.-----

-----Queremos também saber a que obras públicas estão estes litígios associados, e que diligências têm sido tomadas para a sua resolução, dado o tempo já decorrido. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rui Pedro Matos** para referir que “Senhor Presidente da Câmara, se me permite conversar consigo e neste ambiente, lembro do meu primeiro dia aqui nesta Assembleia Municipal das minhas intervenções e o Senhor Presidente da Câmara afirmou na altura, que os fundos externos, os fundos estruturais, são fundamentais para a sua prossecução, para o desenvolvimento das vossas políticas. Quem é contra isso? Se nós estamos na Europa e temos esse mecanismo que nos permite fazer chegar cá esses fundos, correcto, mas uma das coisas que eu ensino aos meus alunos é que nós desejamos ter capacidade financeira e não necessidade financeira. E aquilo que eu li, e volto também aqui a frisar a “corrida” que foi interpretar todo este enorme quadro, nós vamos ao quadro 26, eu fui ao quadro 26, que são os rácios, a autonomia financeira baixou, a solvabilidade baixou ligeiramente, mas baixou. É o que interessa, são números, liquidez imediata, desceu o rendimento, património líquido diminuiu, ou seja, financeiramente certíssimo. Poupança, temos uma poupança corrente que provavelmente o relatório afirma que são dois milhões de euros, estão na página 24, mas o saldo de capital é fortemente negativo. Não vou utilizar muito tempo porque nós estamos também nesta altura e aquilo que me foi permitido ler neste relatório extenso, onde Vossas Excelências documentaram claramente tudo o que vocês realizaram. Digo o seguinte, em primeiro lugar, as próximas vezes que vocês apresentarem um relatório, façam o favor, eu peço para que haja coerência entre textos e gráficos. Há uns gráficos que falam em evolução. Evolução não é valores absolutos nominais, é rácio, é percentagens. Mas vou só dizer o seguinte, uma síntese crítica e positiva. E vou dizer outra coisa, Senhor Presidente, fazemos de conta que não está cá ninguém a ouvir-nos, a primeira vez que me falaram de si falaram claramente, *temos ou vais ter um Presidente exímio nas contas, muito rigoroso nas contas, muito rigoroso na fiscalização das contas*. E quando eu vejo este relatório, eu não vou falar no relatório do ano passado que eu estava a chegar cá, estava verde como o Sporting, mas voltei a ler e li, Senhor Presidente, eu espero que o Senhor Presidente na minha mente, no meu pensamento, continue a ser aquela pessoa que me foi dito, o Presidente Luís Paulo é de um rigor extremo na gestão financeira. Senhor Presidente, desejo continuar a ouvir e ver, mas tem que fazer mais, se faz favor. Há aqui um conjunto de pontos que estão neste documento que eu deixei ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia para fazer a análise, estão ali as minhas perguntas, minhas questões, faça favor depois em conversa formal através de um e-mail



Assembleia Municipal

ou através depois de informalidade dos nossos encontros que sejam possíveis, que o Senhor Presidente me esclareça ou esclareça todos os munícipes, porque eu estou aqui em função de um conjunto deles que, da qual eu não represento o partido A, B, C ou D, mas represento os munícipes e os fregueses do Concelho de Arganil. Tenho dito, obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para referir que “quero só deixar aqui duas notas prévias, uma delas para dizer ao colega, deputado Rui Pedro, que vai ter oportunidade de, se realmente depois analisar devidamente a documentação, o traçado histórico daquilo que é a evolução financeira deste município que está inequivocamente ligada à ação do Dr. Luís Paulo Costa. E se nos compararmos com aquilo que são também os desempenhos financeiros de municípios que operam numa mesma região, que vai ter a oportunidade de verificar que está realmente perante uma pessoa com rigor extremo na análise financeira e na gestão financeira do nosso território.-

-----Outro ponto que gostava de dizer é que também quero abordar a minha intervenção com alguma cautela, ter a certeza que se alguma coisa do português que eu aqui utilizar não for suficientemente explícito que tenham a amabilidade de me questionar, para não gerar aqui hipotéticas ofensas de honra, que elas parecem-me ser frequentes e para que daí se possa depois concluir que as pessoas estão a ter mais importância que aquela que têm na prática, porque para mim, a pessoa merece a mesma importância que toda e qualquer outra pessoa que opera neste fórum e que está aqui em representação do eleitorado arganilense.-----

-----Passando à minha intervenção, a Prestação de Contas que hoje apreciamos, relativa ao exercício de 2025, deve ser analisada com a atenção e o sentido de responsabilidade que o momento exige, mas também com a ambição que se espera de quem reflecte sobre o futuro de um concelho como Arganil. Não estamos apenas perante um conjunto de quadros financeiros ou de mapas contabilísticos, estamos diante de um retrato claro da forma como este território tem sido governado, das escolhas feitas e das prioridades assumidas num contexto particularmente exigente para os municípios do interior. Falo enquanto eleito pelo Partido Social Democrata, Partido que lidera o executivo municipal. Faça-o com a convicção política, mas também com sentido institucional e aquilo que estas contas demonstram ultrapassa largamente qualquer leitura partidária, porque assentam em factos objectivos que importa fixar.-----

-----Como nota prévia, quero começar com toda a serenidade e seriedade por aclarar toda e qualquer discussão em torno dos níveis de execução, face ao orçamento inicial. Convém lembrar algo que por vezes podemos querer esquecer, o Orçamento municipal é e sempre será um documento guia. Reflecte perspectivas, objectivos e expectativas formuladas num determinado momento do tempo. Não é, nem pode ser, uma fotografia estática da realidade durante 12 meses. A boa governação não se faz em piloto automático, faz-se ajustando decisões à conjuntura, reagindo ao que vai acontecendo, respondendo a factores externos e aproveitando oportunidades, sobretudo num contexto em que grande parte do investimento depende de candidaturas, decisões e timings que não estão exclusivamente na mão do município. E aqui, há uma opção política clara que deve ser assumida sem ambiguidades. Poder-se-ia optar por apresentar orçamentos mais contidos, menos ambiciosos, muito centrados na execução da receita e da despesa corrente. Seriam orçamentos mais fáceis de executar que permitiriam, no final do ano,



Assembleia Municipal

apresentar taxas de execução elevadas, mas que em pouco ou nada ofereceriam, em termos de transformação estrutural, ao território.-----

-----Há depois, a opção que este executivo assumiu e que, com a qual me identifico plenamente, de verter no Orçamento a audácia e a confiança necessárias para ir atrás da captação de fundos do Quadro Comunitário nacional e europeus, capazes de sustentar investimentos verdadeiramente estruturantes para Arganil. Essa opção implica risco, implica ajustamento, implica por vezes reprogramações ao longo do exercício. Garantir execuções de elevado grau é, desta forma, mais desafiante, mas é esta a única que permite mudar o território de forma profunda e duradoura. No final, mais que uma taxa de execução importará sempre o valor que fica no território, 100% de pouco será sempre pouco, 75 de muito, continua a ser muito. Em 2025, o município de Arganil executou cerca de 27 milhões e meio de euros em Receita e aproximadamente 24.900.000,00€ em Despesa. Estes são, de forma inequívoca, os valores mais elevados alguma vez executados no nosso território. Nunca Arganil executou tanto. Nunca houve tanta mobilização de recursos públicos, tanta actividade financeira ao serviço das pessoas e tanta capacidade de intervenção municipal. O exercício encerrou como execução de receita e despesa corrigidas de 76% a 69%, respectivamente, e com resultado líquido positivo superior a 1.200.000,00€, sustentado por uma poupança corrente na ordem dos 2.600.000,00€. Estes números não surgem por acaso, resultam de opções políticas claras, de uma gestão rigorosa da despesa corrente e de uma visão que sabe que a sustentabilidade financeira não só não é incompatível com a ambição, como é a base mais sólida para a suportar. Se colocarmos estes dados numa perspectiva histórica, percebemos que não estamos perante um mero cumprimento de rotineiro. Arganil não está apenas a executar, está a operar numa escala diferente, a dar um salto qualitativo e quantitativo na sua capacidade de execução financeira e de desenvolvimento de projectos estruturantes e isto deve ser assumido com naturalidade. Com naturalidade, mas também com orgulho e com a confiança de quem sabe que este caminho é sólido e, mais que sólido, é o caminho certo.-----

-----Há um dado que pode passar despercebido, mas que enumero como o melhor exemplo de uma gestão rigorosa e eficaz, gerar poupança na despesa corrente. Em 2025, o município demonstrou mais uma vez que consegue controlar custos correntes, manter o equilíbrio financeiro e, ao mesmo tempo, libertar recursos para o investimento. É essa poupança que cria espaço financeiro que sustenta a ambição e que permite avançar sem comprometer o futuro. Outro dado que importa sublinhar, é o da dívida municipal. Com as amortizações realizadas ao longo de 2025, Arganil atinge um dos mais baixos níveis de endividamento da sua história recente. Este facto é particularmente relevante quando conjugado com a margem actualmente disponível para endividamento, que evidencia a solidez das contas municipais e a credibilidade financeira do município. Não estamos perante um concelho estrangulado financeiramente, estamos perante um concelho com margem com equilíbrio e com capacidade de decisão futura.-----

-----No que respeita à execução da despesa de capital, onde obviamente se gostaria de ter feito mais, é fundamental fazer uma leitura honesta e responsável nas dificuldades sentidas nesta área, onde se reflectem os grandes projectos e os grandes investimentos resultam em larga medida de factores externos à ação directa do município. Desde logo os atrasos nos processos de decisão das candidaturas ao Quadro Comunitário, mas também a enorme tensão que hoje se vive no sector da construção civil, escassez de



Assembleia Municipal

mão-de-obra, preços muito elevados e concursos que ficam desertos, obrigando à revisão dos valores base, à repetição de procedimentos e às inevitáveis morosidades associadas. Esta realidade não é exclusiva de Arganil, é transversal ao país, mas em Arganil os projectos não foram abandonados, foram ajustados, mantidos vivos e preparados para avançar.-----

-----Assim, importa também recordar os investimentos absolutamente estruturantes que estão em curso e que marcarão o futuro do concelho, principalmente nas áreas da educação, da saúde e da habitação. Estes projectos não se esgotam no exercício económico, constroem futuro e é precisamente por isso, com o trabalho iniciado em 2025 e transitado para 2026, que podemos afirmar com segurança que o próximo ano ou neste caso, o ano que está em execução, será de investimento absolutamente excepcional em Arganil.-----

-----Não posso deixar também de destacar um dos reconhecimentos mais relevantes e simultaneamente mais insuspeitos que resulta das avaliações independentes realizadas por entidades externas, que têm vindo a destacar de forma consistente o desempenho do concelho de Arganil. São disso exemplo a sua posição entre os municípios com melhor qualidade de vida na região de Coimbra, de acordo com o estudo da Marktest. O destaque alcançado no ranking de competitividade municipal de 2025, no indicador fiscalidade e endividamento autárquico, bem como a distinção contínua do diploma compromisso de pagamento pontual atribuída há 12 anos, de forma consecutiva. A qualidade de vida das pessoas melhora comprovadamente e tudo isto se consegue num território onde se pratica verdadeira excepção, onde se tributam as pessoas e as empresas pelos mínimos legais, onde não se adopta como prática utilizar o dinheiro dos outros, porque se compreende que pagar a tempo e horas é uma questão de honra e uma questão de princípio.-----

-----Permitam-me terminar com uma nota mais política. Há quem passe muito tempo a repetir que nada se faz, que tudo está errado, que o concelho vive na escuridão. Quem passa a vida a falar da ausência de luz dificilmente repara nela e na forma como ela cresce; cresce com planeamento, com consciência e com resultados concretos no território.-----

-----Senhor Presidente, caros colegas, as Contas de 2025 mostram um município financeiramente sólido, com níveis recorde de execução, forte capacidade de poupança, baixo endividamento, imagem para continuar a investir. Mostram que Arganil está hoje mais preparada para o futuro, que esteve em muitos momentos da sua história. Tenho a certeza que todos reconhecemos isso e fica certo que também por isso hoje se torna apetecível para todos querer governá-la. Apesar de apetecível a todos, foi a este executivo PSD que os arganilenses decidiram confiar esta missão.-----

-----Por todas estas razões, a bancada do Partido Social Democrata votará favoravelmente esta Prestação de Contas, com a confiança no trabalho desenvolvido, com orgulho no caminho percorrido e com a convicção de que esta governação continuará a construir um futuro melhor para a região. Muito obrigado.”-----

-----Teve a palavra o Senhor **Presidente da Câmara** para dizer que “quero começar por agradecer ao senhor deputado Christophe Coimbra, porque me poupou aqui significativamente o meu exercício. Não vou responder pela ordem das intervenções, mas, ainda assim, parece-me pertinente, na sequência da intervenção do senhor



#### Assembleia Municipal

deputado Rui Matos, fazer aqui um esclarecimento. Não vou ao detalhe, mas quero novamente sublinhar aqui a ajuda que o senhor deputado Christophe Coimbra me prestou, mas é importante face àquilo que o senhor deputado Rui Matos referiu, vir aqui a este quadro, que é o quadro do resultado orçamental. Foi uma das temáticas que o senhor deputado referiu, nomeadamente a questão da poupança corrente e acho que há aqui uma coisa, no que tem a ver com a contabilidade pública, há uns conceitos que são importantes termos em cima da mesa de forma clara, e assumidos, para que depois também não caiamos no equívoco de os interpretar de uma forma diferente daquilo que eles significam. Tentando colocar isto de uma forma simples, e que mesmo aqueles que não são da área financeira consigam perceber, e a maior parte dos que estão, mesmo não sendo da área financeira, já estão habituados a estes conceitos, já sabem o que aqueles significam, naquilo que tem a ver com as regras do equilíbrio orçamental, há um princípio que determina, é um princípio crítico, quando ele não é cumprido pelas entidades públicas, pelas autarquias inclusivamente, determina a abertura de um processo ao nível da DGAL, que tem a ver com o princípio do equilíbrio orçamental, nomeadamente de despesa e da receita corrente. O que é que isto nos diz? Diz-nos que a despesa corrente não deve ser superior à receita corrente e, portanto, se nós temos, como aqui no caso, tivemos um pouco mais de 18 milhões de euros de receita corrente, o limite para a despesa corrente, e leia-se na despesa corrente e também vale a pena lembrar isto, estão os custos com o pessoal, está a electricidade, estão as festas, se houvesse foguetes também estavam aqui. E, portanto, 18 milhões de euros era o limite que podíamos executar de despesa corrente caindo a partir disso numa situação de incumprimento e, portanto, aquilo que é salutar, do ponto de vista das finanças públicas, é que se consiga libertar dinheiro da receita corrente e afectá-lo a investimento e, portanto, se em vez de pagarem, desculpem-me o termo porque é apenas para simplificar o nosso raciocínio, se, em vez de gastarmos dinheiro em foguetes, se gastarmos dinheiro numa determinada intervenção, numa determinada obra, isso é investimento, é receita, é despesa de capital e isso é relevante. É importante e salutar em qualquer entidade pública e aquilo que este quadro aqui nos demonstra é que, apesar do município ter possibilidade legal de gastar acima daquilo que gastou, gastar mais 2.652.000,00€ em despesas correntes, não o fez e transferiu este valor para despesa de investimento. Portanto, para além de cumprir com aquilo que é uma regra legal, objectivamente, está a materializar uma boa prática, a boa prática de utilizar a receita corrente para fazer investimento. Isto é algo que é absolutamente inequívoco. Está assumido. Mesmo do ponto de vista do bom senso, penso que a generalidade das pessoas que aqui estão concordarão com este princípio. Depois parece-me também que não ficou completamente claro, algo que tem a ver com a questão desde logo do saldo de capital e aquilo que o saldo de capital nos aqui vem demonstrar, que é um saldo negativo, o que é que isto significa? Significa e materializa aquilo que acabei de dizer. Na realidade, o município conseguiu alocar a investimento, valores que não tinha dotados, do ponto de vista de receita de capital e, portanto, apesar de para o ano de 2025 só ter captado 4.332.000,00€ de receita de capital, conseguiu pagar mais de nove milhões e meio de despesa de capital, mais de nove milhões e meio de investimento. E isto é um indicador extraordinariamente salutar e, portanto, também é absolutamente inequívoco do ponto de vista técnico. E dirá mas tem aí um número de 5.200.000,00€. negativo, mas o valor que colocou aqui de poupança corrente, que transferiu para capital, foram só 2.600.000,00€, a



Assembleia Municipal

somar à receita de capital cobrada, mesmo assim, não chegava aos nove milhões e meio. É verdade, onde é que está a diferença em algo que é materialmente também muito claro e do ponto de vista técnico muito claro, nós temos um conjunto de obras, como também já aqui foi sublinhado, de dimensão significativa, financiadas maioritariamente aquelas que têm valores mais relevantes nesta matéria que vou agora referir, são mesmo as do Plano de Recuperação e Resiliência, em que lá atrás, em 2024, após a celebração dos contratos, houve uma decisão governamental, e bem, de adiantar 25% destes financiamentos às entidades com projectos. Isto significa que o município recebeu 25% do valor da candidatura para o SUB, 25% para cada uma das escolas, 25% para habitação. Mas isto tem uma regra, a regra de receber este dinheiro. Olhe, por exemplo, um bom exemplo que falámos aqui numa Assembleia anterior, está também neste processo, aquilo que tem a ver com os demais financiamentos, nomeadamente o Fundo Ambiental. Tem aqui um princípio, esta receita só pode ser utilizada nestas despesas e, portanto, por isso é que se chama receita consignada e o valor com que transitámos para 2026, este saldo transitado de 5.097.000,00€, que tinha transitado de 2024 para 2025, estava impactado por esta realidade e, portanto, boa parte deste valor, destes 5.097.000,00€, eram à data 3.391.000,00€, que diziam respeito precisamente a esta receita consignada, que só podia ser utilizada, só podia ser gasta, nestas obras. À medida que as obras foram decorrendo, estas que beneficiam desta receita consignada, estes valores foram pagos. A execução foi paga pela execução desta receita consignada. Espero que este assunto tenha ficado esclarecido porque ele é crítico e parece-me que também existia aqui algum aspecto que não estava convenientemente esclarecido, por aquilo que referiu.-----

-----Sobre a referência daquilo que explicaram acerca do meu desempenho, eu agradeço, não sei quem é que fez essas referências, mas não posso deixar de agradecer à pessoa que lhe deu essa informação. Mas há aqui um dado também que é absolutamente inofismável, é absolutamente inequívoco e que demonstra muita coisa. Há dois factos, mas um dos factos tem a ver com uma tabela que está também na página 41, que na última linha se refere ao prazo médio de pagamentos e, portanto, o prazo médio de pagamentos registados em 2025 foi de 33 dias e isto é um desempenho assinalável. Nem sempre assim foi, mas de facto, este é um desempenho assinalável, que faz com que estejamos também com este reconhecimento, com doze anos consecutivos como município que paga a tempo e horas, compromisso de pagamento pontual, algo que, de forma muito responsável, temos assumido desde o primeiro dia, porque é algo que é básico, uma entidade pública que não cumpre com as suas obrigações, naturalmente também não pode ser respeitada e estamos muito cientes daquilo que é a nossa responsabilidade do ponto de vista do pagamento e do cumprimento das obrigações, mas é também daquilo que são as consequências quando isso não acontece, nomeadamente para os demais parceiros e também para aquilo que depois é a perda de capacidade, que acontece por uma situação indesejável dessa natureza.-----

-----Sobre a referência que começou por fazer na sua intervenção, nomeadamente àquilo que foi também a minha expressão sobre a relevância dos fundos comunitários, quero mesmo sublinhar que não é uma realidade, infelizmente ou felizmente depende das perspectivas, não é uma realidade apenas do município de Arganil, mas é uma realidade de mais de duzentos municípios do continente, Portugal Continental, que não estão na terça parte da faixa do litoral, mas é efectivamente um tratamento muito desigual, naquilo que é a capacidade financeira dos municípios portugueses e esta capacidade financeira é



Assembleia Municipal

muito alimentada por várias fontes no caso que nos diz respeito, devia ser assumido de outra maneira. No processo de distribuição, na pequena percentagem que todos pagam de IVA, de IRC e de IRS, do total destes impostos, há um valor astronómico que atinge 6,7% do valor destes impostos é o valor que é distribuído por todos os municípios do país. Portanto, naturalmente, quando falei que era um valor astronómico, era uma nota de ironia. Esta desigualdade na distribuição destes três impostos, que são os mais significativos na estrutura da receita do Estado, parece-me que está finalmente assumida do ponto de vista do Governo, o Governo assumiu o propósito de até ao final do ano de 2026, de aprovar uma nova Lei das Finanças Locais, que efectivamente diferencia, de forma positiva, aquilo que tem que ser diferenciado de forma positiva e nomeadamente estes municípios mais do interior. Até que isso não acontece, a dependência da capacidade de aceder aos fundos comunitários é absolutamente determinante, basta olhar para os números. Isso sempre foi assumido de uma forma totalmente transparente, se não fossem os fundos comunitários, o papel da autarquia limitar-se-ia a pouco mais do que pagar vencimentos, conta de água, electricidade e por aí fora. E, portanto, isso vê-se também no que está a acontecer e por isso referimos, de forma reiterada, o volume de investimento que está a acontecer no território, muito por via deste instrumento dos fundos comunitários.-----

-----Sobre as questões que foram colocadas pelo deputado Rodrigo Oliveira, dizer-lhe que não, não lhe consigo dar em pormenor informação sobre o processo de contra-ordenação que referenciou; não tenho isso presente, peço que depois seja enviada essa informação. Posso também dizer qual é que é o princípio e é o princípio que acontece neste, como noutros processos, em situações em que achamos que elas estão excessivas e a maior parte das vezes são excessivas, há processos judiciais quando há uma sentença, a sentença é cumprida. Não sei se foi aqui o caso, se já foi o caso, se ainda não foi. Ainda assim, a informação ser-lhe-á remetida. Consigo recordar-me relativamente aos dois processos que invocou, da Civibérica e da CIP Construções porque são efectivamente situações de maior relevância. O processo da Civibérica está relacionado com a empreitada no espaço público, que esteve a decorrer em 2016 e que foi depois objecto de rescisão. Eu também acho que estes processos demoram de forma significativa, que acabam depois, muitas vezes por ter uma consequência em termos de penalização de juros que nalguns casos, ultrapassa o próprio valor apurado, mas aqui é um assunto que é incontornável, aquele com que temos que nos confrontar. Sobre a questão da CIP Construções, é um processo completamente diferente, tem a ver com a empreitada da Escola Básica do Sarzedo, em que foi aplicada uma sanção contratual ao empreiteiro. Essa sanção contratual foi satisfeita parcialmente com a execução da caução que tinha sido constituída e aqui abrem-se duas situações. Por um lado, o valor da sanção era superior ao valor da caução e o empreiteiro deveria ter pago legalmente a diferença. E, para além disso, tinha que ter reforçado novamente o valor da caução, coisa que também não aconteceu. E aqui, a iniciativa do empreiteiro foi avançar para a via judicial, percebendo que, enquanto durar o processo também não faz o pagamento e, portanto, tem a ver com isto. Do ponto de vista da materialidade, daquilo que são os valores que são considerados como contingência, são critérios técnicos que estão definidos legalmente, que não tenho presentes e naturalmente, depois também tecnicamente ser-lhe-á remetida essa informação.-----



Assembleia Municipal

-----Por último, apenas sublinhar mais uma vez e agradecer aqui o contributo do deputado Christophe Coimbra, que me facilitou de forma significativa a vida e permitiu-me também falar aqui, mais especificamente, de um aspecto que me pareceu que não estava esclarecido e que assim fica também mais claro para todos. Obrigado.”-----

-----Teve a palavra o senhor deputado **Rui Pedro Matos** para dizer “Senhor Presidente Luís Paulo, muito obrigado pela sua intervenção, pelas suas explicações. Mas, Senhor Presidente, prazos médios de pagamento, correcto, mas quando eu, como eleito, olho para os índices, eu preocupo-me, não é? Tenho que colocar esta questão e é concreta a sua resposta. Eu não estou a dizer que não é errada, eu estou apenas a dizer é que há aqui um quadro analítico que obedece às regras que obedece, e o que me importa, em bom português, diz assim, *receita total cobrada* não é receita total a cobrada, é receita total cobrada, despesa total paga; isto são factos. Antigamente havia uma publicidade na televisão por altura do Natal em que alguém chegava a casa de alguém e via uma garrafa de whisky. Não digo a marca, mas quem chegava dizia que estava meia vazia. Quem estava dentro de casa dizia que estava meia cheia. Claro que cada um, esta retórica, até tenho aqui na sala a presença de dois grandes alunos que têm esse claro desempenho e, portanto, tenho que os elogiar, que é o senhor deputado Guilherme Correia e o senhor Martim Batista, nós temos que entender que nesta luta de política nós estamos a olhar de acordo com aquilo que nós estamos a perceber. Por isso é que eu disse na minha mensagem inicial, esta garrafa da liberdade está meia vazia, mas não é aqui que eu ponho claramente errado esta situação. Eu penso que são os partidos, mas antes disso tenho que dizer ao Senhor Presidente que eu fiz aqui a conta da dependência dos fundos externos, 56%. A receita total cobrada 22,4 mil milhões e transferências totais 12,5 milhões, dá um rácio de transferência sobre receitas totais de 56%. Claro que sim, Senhor Presidente, essa situação advém dos partidos do arco do regime, certíssimo, que se dizem donos da democracia, que não tiveram o cuidado de alterar a Lei das Finanças Locais. A coesão social, económica e territorial provém dessa situação. É de lamentar que o Senhor Presidente diga que 6,7% do Orçamento geral do Estado seja encaminhado para esta franja. Eu compreendo tudo isto, eu estou aqui para solicitar ao Senhor Presidente, com o seu papel activo na Comunidade Intermunicipal e também como autarca, dentro da Associação de Municípios, façam força para que esta diferença seja diminuída, muito diminuída, pelo facto de que as diferenças são cada vez maiores, a coesão não se faz por mais que tenhamos uma ex-Ministra, agora Presidente de Câmara da Coesão Territorial, que muito badalava sobre o assunto. Agora é importante, Senhor Presidente, a sua gestão é criteriosa, claro que sim, o senhor explicou-me, temos os nossos digamos assim, o dia a dia é previsional, acredito, mas o Senhor Presidente apresentou-me este quadro e no quadro, vejo receita total cobrada despesa total paga. É só isso que eu vejo e por isso faço esta questão. Tudo o que o senhor explicou, aceito porque tudo o que nós dizemos aqui nunca é mentira, é bem verdade. Gerir não é fácil, como dizia o meu pai, gerir o dinheiro dos outros é muito fácil, gerir o nosso dinheiro é que é um bocadinho mais difícil.”-----

-----Teve ainda a palavra o senhor deputado **Christophe Coimbra** para fazer “uma nota necessariamente telegráfica, para que também se perceba, naquilo que são a análise dos indicadores financeiros, que efectivamente podem demonstrar uma tendência



Assembleia Municipal

decrecente do ano anterior para este ano; falamos de mexidas, naturalmente resultam do movimento financeiro, mas de valores residuais. E aquilo que eu queria deixar era o número da ordem de grandeza só para termos uma noção, a autonomia financeira e isto de acordo com os dados do Banco de Portugal, que consultei agora, para o último período registado em 2025 é de 45,1%. Nós falamos que a autonomia financeira deste município registada é de 75%, ou seja, se formos comparar e estamos a falar de um só indicador, se compararmos os restantes com aquilo que é o desempenho da economia nacional, vamos perceber que falamos de rácios financeiros absolutamente invulgares na economia nacional e absolutamente invulgares naquilo que é a gestão pública em Portugal.”-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções, 8 votos contra e 24 votos a favor, aprovar o seguinte:-----

-----a) Aprovar o inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, e respectiva Avaliação reportado à data de 31 de Dezembro de 2025, elaborado no âmbito do SNC-AP, e no cumprimento do disposto da alínea I) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----b) Aprovar os documentos de prestação de contas, elaborados no âmbito do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de Setembro (SNC-AP), e de acordo com a Instrução nº 1/2019 e a Resolução 6/2022, do Tribunal de Contas, em cumprimento do disposto na alínea I) do nº 2 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----O senhor deputado **Rodrigo Oliveira**, em nome da bancada do Partido Socialista, apresentou a seguinte declaração de voto:-----

-----"O documento em apreço é, na sua essência, um trabalho técnico e contabilístico que reflecte em números o plano de actividades de 2025.-----

-----O orçamento inicial de 2025 totalizava 42 milhões de euros - apresentado como o "maior orçamento de sempre". Mas o que dizem os números reais?-----

-----Na despesa de capital - o verdadeiro indicador do investimento - foram previstos 24,3 milhões e executados apenas 9,5 milhões. Menos de 40% do previsto. Na receita de capital, o mesmo: previstos 11,5 milhões, cobrados 4,3. Os proclamados 42 milhões foram-se corrigindo em baixa ao longo do ano, para 36, e no final para 27,5 milhões - 65% do inicialmente anunciado. A causa é clara: sobreavaliação de investimentos com co-financiamento europeu e candidaturas que não foram aprovadas.-----

-----Importa ainda assinalar duas omissões graves nesta prestação de contas.-----

-----A primeira, o incêndio de Agosto de 2025, o maior alguma vez registado em Portugal numa única ocorrência, destruiu 40% do território do concelho. O relatório descreve a resposta operacional — mas em nenhuma página do relatório financeiro encontramos os custos suportados pelo município, os danos em infra-estruturas, ou um plano de recuperação. Esta ausência é inadmissível.-----

-----A segunda, o próprio documento admite, na página 58, que a contabilidade de gestão «*ainda não se encontra a funcionar na sua plenitude de acordo com as recomendações do SNC-AP*», com previsão de pleno funcionamento apenas em 2027. Os números do executivo são produzidos por um sistema que o próprio município reconhece ser



Assembleia Municipal

incompleto e incumpridor da lei. É que a partir de 2020, isto é obrigatório para todas as autarquias!-----

-----Por fim, o que as contas não dizem mas todos vemos: o concelho desertifica-se. O comércio enfraquece. Os jovens partem. A faixa etária é cada vez mais envelhecida. Basta olhar para o estado da Zona Industrial da Relvinha, para a Fraga da Pena e para a Mata da Margaraça, para perceber como este executivo falha na visão sobre o turismo e o desenvolvimento económico local - que são parte essencial da solução para fixar população e atrair novos residentes.-----

-----Este não é um tema de opinião. É uma exposição clara e objectiva dos números apresentados. E os números falam por si. O actual executivo quer fazer passar a imagem de que tudo vai bem. Os números, lidos com rigor, contam uma história diferente.----- Por tudo isto o Partido Socialista declara o seu voto CONTRA.-----

-----Este voto não é oposição pela oposição. É o cumprimento da responsabilidade que os arganilenses nos confiaram: exigir rigor, transparência e resultados reais.”-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Sandra Duarte** para dizer que “primeiramente, dizer que não entro em provocações, até porque jogo noutra campeonato e acho só infantilidades quanto ... Começando a falar neste ponto, que é o mais importante, a Prestação de Contas, eu acho, podem continuar-se a rir, só lhes fica bem, antes a rir do que chorar.-----

-----Prestação de Contas do exercício de 2025, importa começar por reconhecer que o município apresenta, do ponto de vista formal, um resultado líquido positivo, bem como um quadro de estabilidade financeira que o executivo naturalmente procurará valorizar. O próprio relatório aponta para um resultado positivo na ordem de 1,2 milhões de euros, uma receita cobrada de cerca de 27,5 milhões de euros e uma despesa paga de aproximadamente 24,9 milhões de euros.-----

-----Sucede, porém, que a apreciação política e institucional de umas contas públicas não pode ser reduzida à leitura confortável de um resultado líquido positivo, como se esse, por si só, fosse suficiente para validar o desempenho global.-----

-----O que verdadeiramente importa aferir é se os recursos públicos forem executados com o grau de eficácia e concretização que as opções orçamentais anunciadas faziam supor e é precisamente nesse plano que se colocam reservas que não podem ser ignoradas.-----

-----Desde logo, a execução da receita total ficou nos 76,076% e a execução da despesa total nos 68,911%, valores que revelam um desfasamento relevante entre o previsto e o efectivamente concretizado. Mais expressiva ainda é a execução da despesa de capital, que se ficou pelos 49,064%, o que significa que uma parte substancial do investimento anunciado não teve tradução material no grau de realização esperado.-----

-----Quando se fala em investimento, em ambição e em transformação do território, o mínimo exigível é que nessa narrativa encontre correspondência nos níveis de execução. Não basta inscrever intenções no orçamento, é necessário concretizá-las. Caso contrário, corre-se o risco de transformar o orçamento num exercício de previsão ambiciosa, mas com tradução prática limitada, e isso é algo que não pode ser ignorado numa avaliação séria de gestão pública.-----

-----Acresce que a própria estrutura da receita evidencia uma dependência significativa de transparências que representam 56% da receita total cobrada, o que deve ser lido com



Assembleia Municipal

prudência quando se pretende sustentar uma narrativa de plena autonomia financeira. Também ao nível da receita de capital, com uma execução de 37,663%, subsistem dúvidas quanto à capacidade de concretização dos investimentos previstos, reforçando a necessidade de uma leitura mais exigente destes resultados.-----

-----Assim, e reconhecendo que os documentos apresentados não evidenciam, à primeira análise, matéria bastante para um voto favorável, que neste caso sou eu, eu mantenho-me sendo contra, entendendo igualmente que os níveis de execução, em particular no investimento, ficam aquém do que foi anunciado e politicamente projectado, por isso esta minha posição. Um contra responsável e consciente e um contra que não ignora os dados positivos, mas que também não aceita confundir equilíbrio contabilístico com desempenho plenamente satisfatório. Porque uma gestão pública não se mede apenas pelo saldo que apresenta no final do exercício, mas pela capacidade real de concretizar aquilo que anuncia ao início. E é precisamente nessa relação entre o anunciado e o executado que subsistem dúvidas que não podem ser desvalorizadas. Obrigada.”-----

-----**VIGÉSIMO TERCEIRO:** Apreciação e votação da **proposta da aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2025**, nos termos do disposto no ponto 2.7.3.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na actual redação.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções, aprovar que o resultado líquido do exercício que se cifra em 1.226.636,37€ (um milhão duzentos e vinte seis mil seiscientos e trinta e seis euros e trinta e sete cêntimos), seja transferido para a conta de resultados transitados, nos termos do disposto no ponto 2.7.3.1 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na actual redação, conjugado com o Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de Setembro (SNC-AP), na actual redação.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----Teve a palavra a senhora deputada **Sandra Duarte** para referir que “relativamente ao inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do município, importa desde logo reconhecer a relevância deste instrumento enquanto elemento estruturante da gestão pública, na medida em que constitui a base para uma leitura rigorosa da situação patrimonial da autarquia.-----

-----Contudo, o inventário não se valida apenas pela sua existência formal nem pela sua conformidade documental, o que verdadeiramente importa assegurar é a sua fiabilidade, actualidade e correspondência efectiva com a realidade física e patrimonial do município.-

-----Neste contexto, e não estando evidenciado de forma suficientemente clara o grau de actualização integral deste inventário nem os mecanismos concretos de verificação e validação subjacentes à sua construção, subsistem dúvidas que justificam uma posição prudente.-----

-----Assim e sem pôr em causa a importância do documento apresentado, entendo que a sua validação exige um nível de segurança que nesta fase não se encontra plenamente demonstrado. Por essa razão, a minha posição é de abstenção. Obrigada.”-----



Assembleia Municipal

-----**VIGÉSIMO QUARTO: Para conhecimento** - Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Fevereiro e 31 de Março de 2025, no âmbito da Autorização Prévia genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso).-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem de Contratos Plurianuais celebrados entre 01 de Fevereiro a 31 de Março de 2026, no âmbito da Autorização Prévia Genérica da Assembleia Municipal, para assunção de compromissos plurianuais – alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua actual redação - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (INF/430/2026).-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

-----**VIGÉSIMO QUINTO: Para conhecimento** – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da Situação Financeira do mesmo.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Financeiro correspondente ao período de 01/01/2026 a 31/03/2026 e do Relatório de Actividades, correspondente ao período de 01/02/2026 a 31/03/2026.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.-----

## ENCERRAMENTO

-----Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão, quando eram catorze horas e agradeceu a colaboração de todos os Deputados.--

-----Para constar se lavrou a presente acta que eu, Odete Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Senhor Presidente.-----

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_